



HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100
- <http://hc-ufmg.ebserh.gov.br>

Edital de Licitação - SEI - SRP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º: 29/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 23537.005977/2020-12

DATA SESSÃO PÚBLICA: 07/01/2021

HORÁRIO SESSÃO PÚBLICA: 09:00 hs (Horário de Brasília)

LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 155021

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, filial Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, sediado(a) na Avenida Alfredo Balena, 110, Santa Efigênia - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.130-100, CNPJ 15.126.437/0015-49, UG-155021, na pessoa do Agente de Licitação designado pela Portaria constante dos autos, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, os quais foram examinados pela Consultoria Jurídica, conforme PARECER REFERENCIAL N.º 1/2020/SJAA/CONJUR/PRES-EBSERH, contido nos autos deste Processo Administrativo.

Este procedimento licitatório obedecerá ao disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, na Norma - SEI nº 2/2019/DAI-EBSERH, de 13 de setembro de 2019, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 16 de setembro de 2009, na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e às exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição parcelada de medicamentos industrializados de diferentes classes farmacológicas, padronizados na instituição para utilização nos pacientes submetidos a procedimentos ambulatoriais, clínicos, diagnósticos e cirúrgicos no âmbito do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais/UFGM - Filial EBSERH**, buscando a melhoria contínua na qualidade assistencial, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme especificado no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3.1. Para o item 083 (código HC-UFGM 025234) o critério de julgamento será o de menor preço por mL.

1.3.2. Para o item 096 (código HC-UFGM 101354) o critério de julgamento será o de menor preço

por mL.

1.3.3. Para o item 101 (código HC-UFMG 033737) o critério de julgamento será o de menor preço por mL.

1.4. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. que não tenham no estatuto ou contrato social o objeto desta Licitação;

4.3.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.5. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 19 do RLCE, quais sejam:

4.3.5.1. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em

exercício na Ebserh;

4.3.5.2. suspensão pela Ebserh;

4.3.5.3. declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

4.3.5.4. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

4.3.5.5. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

4.3.5.6. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

4.3.5.7. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

4.3.5.8. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

4.3.5.9. pessoas elencadas no subitem 4.3.5.1, como pessoa física, bem como à participação delas em procedimentos licitatórios, na condição de Licitante;

4.3.5.10. empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;

4.3.5.11. quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

4.3.5.11.1. integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;

4.3.5.11.2. empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela Licitação ou contratação;

4.3.5.11.3. autoridade do Ministério da Educação;

4.3.5.11.4. autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

4.3.5.12. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

4.3.6. que estejam sob falência ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.7. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.8. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.3.9. sociedades cooperativas.

4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta

apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição da República;

4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

5.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos a este edital.

5.2. Caberá ao Agente de Licitação, auxiliado pela equipe de apoio e pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação ou solicitação de esclarecimentos no prazo de até 1 (um) dia útil.

5.3. A impugnação ou pedido de esclarecimento poderá ser apresentado por forma eletrônica, pelo e-mail **ulic.hcmg@ebserh.gov.br**.

5.4. Não serão conhecidas as impugnações ou pedidos de esclarecimentos interpostos após os prazos previstos no subitem 5.1, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem 5.3 deste Edital.

5.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Licitação, nos autos do processo de licitação.

5.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.1.1. Como complemento da proposta e em atendimento à Política de Transação com Partes Relacionadas da Ebserh, o licitante deve declarar se é ou possui em seu quadro de administração pessoa com influência relevante ou envolvida em decisão de interesse exclusivo da Ebserh, conforme modelo constante no Anexo VI deste edital.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de

habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Licitação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.9. Para todos os itens deverão ser apresentados os seguintes documentos:

6.9.1. Registro do produto no órgão competente do Ministério da Saúde (MS), publicado no Diário Oficial da União - D.O.U., de acordo com o Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, ou comprovante da Notificação Simplificada, ou comprovante de Isenção de Registro de acordo com a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

6.9.2. Para produtos com registro cuja validade é inferior ou igual a 6 (seis) meses, deverá ser enviado juntamente com o registro, o protocolo de petição de renovação do registro no órgão competente do Ministério da Saúde, conforme parágrafo 6º, título II, da Lei 6.360 de 23 de setembro de 1976.

6.9.3. Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (CBPF), emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, de acordo com a RDC 17/2010, RDC 39/2013, RDC 207/2018 e RDC 301/2019 para empresas fabricantes, atendendo ao disposto no Art. 29 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, inciso IV - *Solicitar a certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, por instituição previamente credenciada.*

6.9.3.1. O CBPF apresentado deverá ser por linha de produção, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, quando se tratar de produto nacional.

6.9.3.2. O CBPF deverá ser emitido pela autoridade sanitária do país de origem do medicamento, ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira, quando se tratar de produto importado.

6.10. Deverão ser apresentadas as bulas de todos os medicamentos cotados.

7. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. valor unitário e total do item;

7.1.2. marca;

7.1.3. fabricante;

7.1.4. descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do Termo de Referência.

7.2. **Para cada item, o Licitante deverá cotar, o seu quantitativo total.**

7.3. Na descrição complementar da proposta não poderão constar elementos ou informações que identifiquem o Licitante.

7.3.1. As seguintes informações deverão ser apresentadas na descrição complementar da proposta: os produtos deverão ser identificados quanto ao princípio ativo, nome comercial, quantidade licitada, nome da indústria fabricante, embalagem com o quantitativo do produto ofertado, número do registro no Ministério da Saúde e procedência. Para os medicamentos importados indicar obrigatoriamente o país de origem.

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos

previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

7.8.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição da República; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Agente de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Licitação e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1%.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Licitação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.14. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Agente de Licitação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Licitação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Licitação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. **O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus Anexos.**

8.18.1. **Para o item 083 (código HC-UFMG 025234) o critério de julgamento será o de menor preço por mL.**

8.18.2. **Para o item 096 (código HC-UFMG 101354) o critério de julgamento será o de menor preço por mL.**

8.18.3. **Para o item 101 (código HC-UFMG 033737) o critério de julgamento será o de menor preço por mL.**

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

8.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances finais da fase fechada, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 36 do Decreto nº 10.024/2019, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.26.1. no país;

8.26.2. por empresas brasileiras;

8.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.28. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

8.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Licitação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.29.2. O Agente de Licitação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 01 (um) dia útil, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.30. Após a negociação do preço, o Agente de Licitação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Licitação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 7º e no § 9º do artigo 26 do Decreto nº 10.024/2019.

9.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no artigo 176 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, em razão do disposto no artigo 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

9.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1.455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.6. O Agente de Licitação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 01 (um) dia útil, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6.1. É facultado ao Agente de Licitação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Licitação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo

indicados pelo Agente de Licitação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6.3. As amostras serão solicitadas à empresa provisoriamente vencedora **CASO SEJA NECESSÁRIO**, durante a fase de qualificação técnica quando a análise formal da proposta, juntamente com os documentos técnicos, não forem suficientes para conferir segurança à área demandante quanto à adequação do objeto ofertado pelo licitante. As amostras deverão ser enviadas em embalagem original, devidamente identificadas com o nome do fornecedor, o número do pregão e do item, com o original ou cópia autenticada do Laudo Analítico-Laboratorial/Certificado de Análise emitido pelo Departamento de Controle de Qualidade do fabricante sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 02 (dois) dias úteis contados da solicitação.

9.6.3.1. As amostras devem obrigatoriamente, vir acompanhadas de Nota Fiscal de Simples Remessa ou de Demonstração.

9.6.3.2. Reserva-se ao Hospital o direito de testar e manipular as amostras enviadas.

9.6.3.3. Caso a licitante provisoriamente vencedora apresente proposta de item utilizado no Hospital das Clínicas da UFMG/EBSERH nos últimos três meses estará dispensada de enviar amostra.

9.6.3.4. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.6.3.5. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

9.6.3.5.1. Os critérios de avaliação das amostras serão referentes aos aspectos físicos, às informações da embalagem e/ou rótulo, à forma como o produto é administrado/utilizado e demais critérios que forem necessários para concluir se o produto a ser adquirido atende às especificações descritas neste Termo de Referência.

9.6.3.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Licitação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.6.3.7. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Licitação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.6.3.8. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

9.6.3.9. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de até 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

9.6.3.10. A amostra aprovada poderá ser considerada como item entregue mediante aceite da Administração.

9.6.3.11. A Administração não se responsabilizará pela amostra não recolhida pelo licitante após os prazos estipulados. A depender do estado de conservação do material, este poderá ser descartado ou aproveitado.

9.6.3.12. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

9.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Licitação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8. Havendo necessidade, o Agente de Licitação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.9. O Agente de Licitação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.9.1. Também nas hipóteses em que o Agente de Licitação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Licitação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

10.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.3. Constatada a existência de sanção, o Agente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto

com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Licitação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme artigo 43, § 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil, sob pena de inabilitação.

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Ressalvado os documentos de habilitação que constem do SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

10.8. **Habilitação jurídica:**

10.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.8.8. No caso de exercício de atividade empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do artigo 2º do Decreto nº [8.077, de 14 de agosto de 2013](#).

10.8.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

10.9. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

10.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.10. **Qualificação Econômico-Financeira:**

10.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.10.2.1. no caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (artigo 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

10.10.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.10.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

10.10.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante

10.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital

mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 1% (um por cento) do valor da proposta apresentada para o item pertinente.

10.11. **Qualificação Técnica:**

10.11.1. Na qualificação técnica se incluem os requisitos exigidos pela Vigilância Sanitária e órgãos competentes para garantir que os interessados em fornecer seus produtos, sejam empresas idôneas, inspecionadas periodicamente e assegurem que a qualidade de seus produtos atenda aos requisitos técnicos necessários, compreendendo os documentos relacionados abaixo, apresentados em cópias autenticadas ou em original.

10.11.2. Autorização de Funcionamento da Empresa expedida pelo Ministério da Saúde e publicada no Diário Oficial da União, no caso dos fabricantes de acordo com a Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976.

10.11.3. Autorização especial expedida pelo Ministério da Saúde, para exercício de atividades relacionadas aos medicamentos da Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998, de acordo com Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001.

10.11.4. Autorização de Funcionamento da Empresa Importadora, expedida pelo Ministério da Saúde, de acordo com a RDC nº 81 de 05 de novembro de 2008, para comercialização de produto importado.

10.11.5. Alvará Sanitário expedido pelo órgão sanitário local competente, para exercer as atividades de fabricação e/ou comercialização de medicamentos.

10.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

10.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Licitação suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 01 (um) dia útil, a contar da solicitação do Agente de Licitação no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a contratada.

11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Licitação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Agente de Licitação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os Licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Agente de Licitação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

17. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.3.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência.

18. TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.3.1. referida Nota está substituindo o contrato;

18.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos;

18.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 114 e 115 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

18.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, não podendo ser prorrogada.

18.5. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Ebserh/HC-UFG, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no artigo 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do artigo 6º, inciso III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

18.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

18.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e Anexos.

18.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

19. REAJUSTAMENTO

19.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. As obrigações da contratante e da contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

22. PAGAMENTO

22.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, o licitante/adjudicatário que:

23.1.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.1.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.1.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

- 23.1.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- 23.1.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 23.1.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 23.1.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 23.1.8. não manter a proposta;
- 23.1.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 23.1.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

23.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

23.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, à suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Ebserh, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

23.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

23.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na Ebserh.

23.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Ebserh/HC-UFGM poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 111, §1º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

23.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no artigo 117, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

23.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh/HC-UFGM, observado o princípio da proporcionalidade.

23.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas de que trata a Lei nº 12.846/2013 e no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

23.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

24. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

24.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

24.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

24.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

24.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Licitação.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110, 1º Andar, Ala Leste - Belo Horizonte/MG - CEP 30.130-100, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

25.12.1. **ANEXO I** - Termo de Referência;

25.12.2. **ANEXO II** - Ata de Registro de Preços;

25.12.3. **ANEXO III** - Solicitação para composição de cadastro de reserva;

25.12.4. **ANEXO IV** - Informações Complementares a proposta;

25.12.5. **ANEXO V** - Declaração de Sustentabilidade Ambiental;

25.12.6. **ANEXO VI** - Declaração de cumprimento à Política de Transações com partes relacionadas da Ebserh;

25.12.7. **ANEXO VII** - Estudo técnico preliminar digital;

Belo Horizonte, 22 de dezembro de 2020.

(assinado eletronicamente)

Danielle Cristina de Oliveira Costa
Chefe da Unidade de Licitações
SIAPE nº 2255270
HC-UFMG / Ebserh



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Cristina de Oliveira Costa, Chefe de Unidade**, em 23/12/2020, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10964258** e o código CRC **8C2808CF**.

Referência: Processo nº 23537.005977/2020-12 SEI nº 10964258

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100
- <http://hcmg.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23537.005977/2020-12

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição parcelada de medicamentos industrializados de diferentes classes farmacológicas, padronizados na instituição para utilização nos pacientes submetidos a procedimentos ambulatoriais, clínicos, diagnósticos e cirúrgicos no âmbito do Hospital das Clínicas da UFMG/EBSEH, buscando a melhoria contínua na qualidade assistencial, conforme condições, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QUANT	UNIDADE	CATMAT	CÓDIGO EBSEH	CÓDIGO HC-UFMG	DESCRIÇÃO
001	27000	AMP	268481	EBF00696	038731	MIDAZOLAM 5mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10mL
002	18000	AMP	268482	EBF00695	038709	MIDAZOLAM 1mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5mL
003	900	AMP	335091	EBF01390	011297	ACETILCISTEINA 100mg/mL (10%) SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3mL
004	18000	AMP	273457	EBF02584	011132	NEOSTIGMINA, METILSULFATO 0,5mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1mL
005	5400	COMP	448641	EBF01156	020933	NIFEDIPINO 20mg COMPRIMIDO DE AÇÃO PROLONGADA
006	5400	COMP	274150	EBF01158	020977	NIMODIPINO 30mg COMPRIMIDO
007	9000	AMP	453501	EBF01161	011209	NITROPRUSSETO DE SÓDIO 25mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2mL
008	108000	AMP	442584	EBF01125	011286	NOREPINEFRINA, HEMITARTARATO 2mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4mL
009	900	AMP	278916	EBF02760	011352	OLIGOELEMENTOS SEM FERRO (ZINCO 2,5 mg/mL+ COBRE 0,8 mg/mL+ MANGANÊS 0,4mg/mL+ CROMO 10mcg/mL) SOLUÇÃO INJETÁVEL 2mL USO ADULTO
010	900	AMP	278895	EBF02761	011320	OLIGOELEMENTOS (ZINCO 500mcg/mL+ COBRE 100mcg/mL+ MANGANÊS 10mcg/mL+ CROMO 1mcg/mL) SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4mL USO PEDIÁTRICO
011	1800	COMP	365440	EBF02602	021274	OXIBUTININA 5mg COMPRIMIDO
012	36000	COMP	267778	EBF01615	021428	PARACETAMOL 500mg COMPRIMIDO
013	1800	FR	267777	EBF01614	026686	PARACETAMOL 200mg/mL SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15mL
014	900	COMP	273940	EBF00835	039028	PAROXETINA 20mg COMPRIMIDO
015	3600	COMP	271764	EBF02564	021637	PIRIDOSTIGMINA 60mg COMPRIMIDO
016	540	COMP	273589	EBF00777	022540	PROPILTIOURACILA 100mg COMPRIMIDO
017	3600	AMP	272362	EBF02499	012320	PROTAMINA, CLORIDRATO 10mg/mL (1.000UI/mL) SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5mL
018	2700	COMP	272832	EBF00863	039149	QUETIAPINA, FUMARATO 100mg COMPRIMIDO
019	72000	AMP	267735	EBF01700	012397	RANITIDINA 25mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2mL
020	900	COMP	394103	EBF00968	020614	RIVAROXABANA 10mg COMPRIMIDO
021	1800	COMP	412092	EBF00969	020625	RIVAROXABANA 15mg COMPRIMIDO
022	3600	COMP	412091	EBF00970	020636	RIVAROXABANA 20mg COMPRIMIDO
023	3600	ENV	449023	EBF01793	026961	SACCHAROMYCES BOULARDII 200mg/g PÓ PARA USO ORAL ENVELOPE 1g
024	18	FR	292331	EBF01483	027093	SALBUTAMOL 0,4mg/mL XAROPE FRASCO 120mL
025	18000	COMP	267745	EBF01175	022990	SINVASTATINA 40mg COMPRIMIDO
026	1800	FRAMP	268442	EBF00544	013728	SUXAMETÔNIO, CLORETO 100mg PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA
027	900	COMP	273700	EBF00780	023738	TIAMAZOL 5mg COMPRIMIDO
028	36000	AMP	272343	EBF01819	013937	TIAMINA, CLORIDRATO 100mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1mL
029	9000	COMP	268125	EBF00759	024013	LEVOTIROXINA SÓDICA 100mcg COMPRIMIDO
030	21600	AMP	292382	EBF01512	039424	TRAMADOL, CLORIDRATO 50mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2mL
031	360	FRAMP	436536	EBF01956	013992	TRIANCINOLONA, ACETONIDA 40mg/mL SUSPENSÃO INJETÁVEL OCULAR FRASCO-AMPOLA 1mL
032	1800	AMP	332917	EBF02797	014102	VASOPRESSINA 20 U/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1mL
033	3600	COMP	267425	EBF01087	024299	VERAPAMIL 80mg COMPRIMIDO
034	1800	AMP	368499	EBF01781	014289	POLIVITAMÍNICO COMPLEXO B SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2mL
035	15120	COMP	273466	EBF01480	019734	LORATADINA 10mg COMPRIMIDO REVESTIDO
036	108000	AMP	267666	EBF01115	008052	FUROSEMIDA 10mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2mL
037	13500	COMP	273400	EBF01150	019338	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 20mg COMPRIMIDO
038	9000	DRAG	270620	EBF01650	021175	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 10mg + DIPIRONA 250mg DRÁGEA
039	360	CAP	381879	EBF01755	021208	OMEPRAZOL MAGNÉSIO 10mg COMPRIMIDO REVESTIDO
040	2160	FR	268303	EBF01488	027104	SALBUTAMOL, SULFATO 5mg/mL SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO FRASCO 10mL
041	18	BISN	275428	EBF00369	028633	NEOMICINA, SULFATO 5mg/g + CLOSTEBOL, ACETATO 5mg/g CREME DERMATOLÓGICO BISNAGA 30g
042	108000	COMP	270907	EBF01523	036773	CODEINA 30mg + PARACETAMOL 500mg COMPRIMIDO
043	1800	COMP	268285	EBF00887	038973	NITRAZEPAM 5mg COMPRIMIDO
044	36000	COMP	267565	EBF01033	015994	CARVEDILOL 6,25mg COMPRIMIDO
045	1800	COMP	272793	EBF01537	018250	FLUDROCORTISONA, ACETATO 100mcg COMPRIMIDO
046	36	SERIN	305106	EBF00754	008525	GLUCAGON 1mg (1UI) PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL + SERINGA COM 1mL DE DILUENTE
047	900	AMP	282220	EBF01878	033540	CARBACOL 0,1mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL INTRA OCULAR AMPOLA 2mL
048	3600	COMP	268493	EBF02614	017600	DOXAZOSINA, MESILATO 2mg COMPRIMIDO
049	360	FR	292345	EBF00985	027302	SULFATO FERROSO 125mg/mL (25mg/mL DE FERRO ELEMENTAR) SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30mL
050	18000	COMP	267508	EBF02592	014982	ALOPURINOL 100mg COMPRIMIDO
051	14400	BISN	269846	EBF00718	029755	LIDOCAINA 20mg/g (2%) GELÉIA USO TÓPICO BISNAGA 30g
052	5400	COMP	267642	EBF02606	016808	COLCHICINA, CLORIDRATO 0,5mg COMPRIMIDO
053	18000	AMP	271950	EBF00535	037664	FENTANILA 0,05mg/mL (50mcg/mL) SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2mL
054	9000	FR	272944	EBF01903	034023	FLUORESCÉINA 10mg/mL (1%) SOLUÇÃO TÓPICA OFTÁLMICA FRASCO 3mL
055	14400	COMP	276656	EBF01176	020603	METOPROLOL, SUCCINATO 25mg COMPRIMIDO
056	9000	FR	292380	EBF01509	039446	TRAMADOL 100mg/mL SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10mL
057	360	AMP	292399	EBF00959	007865	FITOMENADIONA (VITAMINA K1) 10mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL USO PEDIÁTRICO AMPOLA 0,2mL
058	5400	FRAMP	278646	EBF02781	002453	ÁCIDO AMINOCAPRÓICO 50mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA 20mL
059	360	COMP	268159	EBF01165	021527	PENTOXIFILINA 400mg COMPRIMIDO

060	18	FR	278265	EBF02888	040568	TROLAMINA 0,4mg/mL + HIDROXIQUINOLINA 140mg/mL SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRASCO 8mL
061	180	AMP	292399	EBF00959	007854	FITOMENADIONA (VITAMINA K1) SOLUÇÃO DE ÁCIDO BILIAR, LECITINA PARA MICELAS 10mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1mL
062	5400	AMP	340165	EBF00468	005280	CICLOSPORINA 50mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5mL
063	18000	COMP	292344	EBF00986	023310	SULFATO FERROSO 40mg a 60mg DE FERRO ELEMENTAR COMPRIMIDO
064	9000	COMP	267728	EBF01153	020922	NIFEDIPINO 10mg COMPRIMIDO DE AÇÃO PROLONGADA
065	288000	BOLSA OU FRASCO	268236	EBF02649	000616	CLORETO DE SÓDIO 9mg/mL (0,9%) SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA OU FRASCO SISTEMA FECHADO 100mL
066	18	FR	448567	EBF02890	025817	FLUTICASONA, PROPIONATO 250mcg/dose SUSPENSÃO AEROSOL FRASCO 120 DOSES
067	3726	CAP	275937	EBF01867	022693	RACECADOTRILA 100mg CÁPSULA
068	180	AMP	270138	EBF02579	035915	BIPERIDENO 5mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1mL
069	7200	COMP	267568	EBF01062	017347	DILTIAZEM 60mg COMPRIMIDO
070	3600	DRAG	269603	EBF01644	015543	BISACODILA 5mg DRÁGEA
071	3600	COMP	267569	EBF01061	017336	DILTIAZEM 30mg COMPRIMIDO
072	450	FR	269963	EBF01710	025509	DOMPERIDONA 1mg/mL SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100mL
073	5400	COMP	272853	EBF00905	039501	VIGABATRINA 500mg COMPRIMIDO
074	1800	AMP	295266	EBF02729	008118	GLICEROFOSFATO DE SÓDIO 216 mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 20mL
075	36000	COMP	268124	EBF00761	023970	LEVOTIROXINA SÓDICA 25mcg COMPRIMIDO
076	7200	AMP	336708	EBF02893	013740	TACROLIMO 5mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1mL
077	18	BISN	345241	EBF01966	029260	HIDROCORTISONA 10mg/g POMADA DERMATOLÓGICA BISNAGA 30g
078	90	BISN	345240	EBF01963	029194	HIDROCORTISONA 10mg/g CREME DERMATOLÓGICO BISNAGA 30g
079	1800	COMP	267503	EBF00914	014641	ACIDO FOLICO 5mg COMPRIMIDO
080	900	FRAMP	352204	EBF00562	006622	DEXMEDETOMIDINA, CLORIDRATO 100mcg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA 2mL
081	900	FR	271353	EBF01892	034584	PILOCARPINA 20mg/mL SOLUÇÃO TÓPICA OFTÁLMICA FRASCO 10mL
082	540	FR	273467	EBF01479	026081	LORATADINA 1mg/mL SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100mL
083	180	FR	337468	EBF01460	025234	DESLORETADINA 0,5mg/mL XAROPE FRASCO 60 A 100mL
084	1080	BOLSA	437074	EBF02709	000968	SOLUÇÃO INJETÁVEL DE ELETRÓLITOS Ph 7,4 CONTENDO CLORETO DE SÓDIO 5,26mg/mL + GLICONATO DE SÓDIO 5,02mg/mL + ACETATO DE SÓDIO TRIIDRATADO 3,68mg/mL + CLORETO DE POTÁSSIO 0,37mg/mL + CLORETO DE MAGNÉSIO 0,3mg/mL + HIDRÓXIDO DE SÓDIO PARA AJUSTE DE pH. BOLSA SISTEMA FECHADO 500mL
085	5400	BOLSA	371998	EBF02710	002167	SORBITOL 3mg/mL SOLUÇÃO PARA IRRIGAÇÃO UROLÓGICA BOLSA 3000mL
086	90	FR	431311	EBF01734	025905	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 37mg/mL + HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 40mg/mL + SIMETICONA 5mg/mL SUSPENSÃO ORAL FRASCO 240mL
087	36	FR	403358	EBF01743	009625	INSULINA GLULISINA 100UI/mL (AÇÃO ULTRA RÁPIDA) SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA 10mL
088	1800	SERIN	448982	EBF02880	007381	ENOXAPARINA SÓDICA 100mg SOLUÇÃO INJETÁVEL SERINGA 1mL COM SISTEMA DE SEGURANÇA. PARA PROFILAXIA E TRATAMENTO DE DISTÚRBIOS RELACIONADOS À COAGULAÇÃO NAS DIFERENTES CONDIÇÕES CLÍNICAS.
089	36	FR	270228	EBF00408	040513	POLIMIXINA B, SULFATO 10.000 UI/mL + NEOMICINA, SULFATO 5mg/mL + HIDROCORTISONA 10mg/mL SUSPENSÃO OTOLÓGICA FRASCO 10mL.
090	18	FR	296792	EBF02891	023067	SALMETEROL 50mcg/dose + FLUTICASONA 250mcg/dose PÓ INALANTE STRIP 60 DOSES.
091	18000	AMP	305726	EBF00738	011210	OCTREOTIDA 0,05mg/mL AMPOLA 1mL
092	3600	FR	341174	EBF01861	028655	CLOREXIDINA, GLUCONATO 0,12% (1,2mg/mL) SOLUÇÃO ENXAGUATÓRIA BUCAL SEM ÁLCOOL FRASCO 250mL
093	180	FRAMP	461986	EBF02889	033748	HEXAFLUORETO DE ENXOFRE 25mg PO LIOFILO INJETÁVEL + SOLUÇÃO DILUENTE FRASCO-AMPOLA 5mL CORRESPONDENTE A 8 microlitros/mL DE MICROBOLHAS DE HEXAFLUORETO DE ENXOFRE
094	900	ENV	449187	EBF00289	018337	FOSFOMICINA TROMETAMOL 5,631g GRANULADO ENVELOPE 8g
095	900	FRAMP	270219	EBF01564	008965	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 500mg PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA
096	180	FR	272234	EBF01890	101354	LEVOBUNOLOL, CLORIDRATO 5mg/mL (0,5%) SOLUÇÃO TÓPICA OFTÁLMICA FRASCO 5mL ou 10mL
097	5400	FRAMP	309041	EBF02504	002684	FOLINATO DE CÁLCIO 10mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA 30mL.
098	6300	COMP	273473	EBF00879	038940	LORAZEPAM 2mg COMPRIMIDO
099	5400	COMP	292236	EBF01753	106667	MESALAZINA 500mg COMPRIMIDO
100	1170	FR	308877	EBF00523	039358	SEVOFLURANO 1mL/mL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO FRASCO 250mL
101	3600	FR	369093	EBF02165	033737	MEIO DE CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA NUCLEAR CONTENDO QUELATO DE GADOLÍNIO LINEAR (GADODIAMIDA OU GADOPENTETATO DE DIMEGLUMINA OU GADOVERSETAMIDA) FRASCO DE 10 A 20mL
102	540	AMP	433105	EBF00466	009163	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-HEPATITE B 1000UI SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA OU SERINGA 5mL IM
103	1600	BOLSA		EBF02877	150293	Formula de Nutrição Parenteral periférica, contendo os macronutrientes aminoácido na concentração de 20 a 60g por litro de solução, glicose na concentração de 60 a 80g por litro de solução e lipídeo na concentração de 20 a 40g por litro de solução; com aporte mínimo basal de sódio, potássio, fosfato, magnésio e cálcio, presentes na solução de aminoácido e glicose; apresentação bolsa industrializada tricompartimentada de 1800 a 2000mL, em sistema fechado para administração endovenosa; osmolaridade final máxima de 900 mOsm/L. A embalagem deverá ter informações de lote, validade e registro na ANVISA.
104	9000	COMP	268119	EBF02560	018854	HIDROXICLOROQUINA 400mg COMPRIMIDO

1.2 O critério de julgamento será o de menor preço por item desde que em acordo com a descrição, conforme especificado no item 1.1 deste Termo de Referência e com proposta apresentada e aprovada tecnicamente.

1.2.1 Para o item 083 (código HC-UFMG 025234) o critério de julgamento será o de menor preço por mL.

1.2.2 Para o item 096 (código HC-UFMG 101354) o critério de julgamento será o de menor preço por mL.

1.2.3 Para o item 101 (código HC-UFMG 033737) o critério de julgamento será o de menor preço por mL.

1.3 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a contar da publicação do extrato de atas no Diário Oficial da União, não podendo ser prorrogada.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Hospital das Clínicas-UFMG/EBSERH é um hospital de ensino público e federal, que tem a missão de "desenvolver a assistência em saúde com eficiência, qualidade e segurança e, de forma indissociável e integrada, o ensino, a pesquisa e a extensão". O exercício da competência

acima mencionada e a gestão de sua estrutura própria justificam a aquisição dos medicamentos industrializados de diferentes classes farmacológicas, padronizados na instituição para utilização nos pacientes submetidos a procedimentos ambulatoriais, clínicos, diagnósticos e cirúrgicos no âmbito do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG – Filial, buscando a melhoria contínua na qualidade assistencial.

A aquisição de medicamentos ocupa um papel de destaque dentro do complexo sistema de compras realizadas na Unidade Hospitalar, uma vez que trata-se de um insumo estratégico de suporte às ações de saúde, com a finalidade de prevenir, curar doenças ou aliviar seus sintomas.

A indisponibilidade dos medicamentos em estoque pode impedir o início do tratamento adequado e contribuir para a descontinuidade do mesmo, levando ao agravamento dos sintomas, prolongamento do tempo de internação, e, por vezes, ao óbito. Além do aumento considerável nos gastos devido à necessidade de compras emergenciais, que resultam em sua grande maioria, na aquisição de produtos com um custo mais elevado.

Considerando a importância da continuidade e do pleno exercício dos serviços oferecidos pelo Hospital das Clínicas da UFMG/EBSERH, instituição prestadora de serviços de referência em âmbito municipal e estadual do Sistema Único de Saúde (SUS/MG) no atendimento aos pacientes portadores de patologias de média e alta complexidade, torna-se necessária a abertura de processo licitatório de modo a garantir o abastecimento a fim de manter o pleno funcionamento das atividades, visando o suporte planejado às tarefas e ações operacionais.

Diante do exposto, o Setor Farmácia Hospitalar tem a atribuição de planejar a aquisição desses medicamentos de modo a garantir o abastecimento pelo período de 12 (doze) meses, evitando interrupções de tratamento ou tratamento inadequado, o que comprometeria o atendimento e a qualidade de vida dos pacientes e do sistema de saúde como um todo.

2.2 É importante ressaltar que a padronização de medicamentos, elaborada pela Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) da instituição define o arsenal terapêutico a ser utilizado na assistência à saúde dos pacientes atendidos pelo Hospital das Clínicas da UFMG/Filial EBSERH. Sendo assim, nas definições dos objetos não foram incluídas especificações irrelevantes, informações desnecessárias ou que limitem a competição.

2.3 O quantitativo total estimado foi calculado com base no histórico do consumo médio mensal, de modo a garantir a aquisição de medicamentos para suprir a demanda da Instituição. E, para cada um dos itens solicitados, é realizado um planejamento individual, considerando para cada um, o período de um contrato vigente, o consumo histórico, o perfil de utilização e a margem de segurança que é acrescentada ao quantitativo historicamente consumido, destinada a absorver picos e oscilações de demandas causadas por diversos fatores imprevisíveis.

2.4 Os quantitativos especificados no subitem 1.1 do Termo de Referência foram estabelecidos mediante previsões baseadas no quantitativo histórico médio consumido mensalmente, considerando a disponibilização de novos serviços, as alterações nos serviços prestados na Instituição e o acréscimo do estoque de segurança, para suprir a demanda caso ocorra(m) sazonalidade(s).

2.5 Dessa forma, o suprimento adequado dos itens incluídos no presente Termo de Referência é indispensável para o tratamento dos pacientes assistidos por essa instituição.

2.6 De acordo com o Art. 3º, da Resolução nº 71, de 28 de junho de 2018 que aprova o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: “Nas licitações e contratos deve-se observar o planejamento de aquisições da Ebserh e as seguintes diretrizes:

IV - adoção preferencial da modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet.”

2.7 Todos os processos de aquisição solicitados pelo Setor Farmácia atendem à legislação pertinente. Os documentos solicitados para qualificação técnica são avaliados conforme os requisitos exigidos pela ANVISA e órgãos competentes especificados em leis, decretos e resoluções pertinentes para a aquisição de medicamentos por órgãos públicos. Sendo assim, não há restrição da competitividade, pois todos os fabricantes devem seguir essas legislações para comercialização dos seus produtos em âmbito nacional. A exigência dos documentos técnicos respalda a aquisição de medicamentos de empresas idôneas, que são inspecionadas periodicamente, assegurando a qualidade dos itens fornecidos.

2.8 Este Processo Licitatório tem por objetivos:

2.8.1 O registro de preços para a aquisição parcelada de medicamentos industrializados de diferentes classes farmacológicas, nos quantitativos necessários para o atendimento dos pacientes assistidos por essa instituição.

2.8.2 Alguns itens para os quais não houve consumo nos últimos anos, foram incluídos no processo de compra em razão de serem utilizados em casos específicos e esporádicos.

2.9 O quantitativo total licitado visa suprir o abastecimento da instituição pelo período de 12 (doze) meses.

2.9.1 A modalidade de compra adotada permite a aquisição parcelada de insumos, no quantitativo necessário para a manutenção de estoques mínimos, que atendam às demandas da instituição por um período de 30 (trinta) dias.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 Adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

4. HABILITAÇÃO

4.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

4.1.1 Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF;

4.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

4.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

4.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

4.1.5 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

4.1.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.1.7 Constatada a existência de sanção, o Agente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

4.2 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

4.3 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

4.3.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

4.3.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

4.3.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos símbolos eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de licitação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

4.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 1 (um) dia útil, sob pena de inabilitação.

4.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

4.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

4.7 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.8 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

4.9 Ressalvada a hipótese de os licitantes deixarem de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

4.10 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista:

4.10.1 Habilitação jurídica:

4.10.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

4.10.1.2 Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br.

4.10.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

4.10.1.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

4.10.1.5 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento Nacional de Registro do Empresarial e Integração - DREI.

4.10.1.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

4.10.1.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

4.10.1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.10.2 **Habilitação fiscal e trabalhista:**

4.10.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

4.10.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.10.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

4.10.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

4.10.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

4.10.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante.

4.10.2.7 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.10.2.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

4.10.3 **Qualificação Econômico-Financeira:**

4.10.3.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

4.10.3.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

4.10.3.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).

4.10.3.2.2 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

4.10.3.3 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

4.10.3.4 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 1% (um por cento) do valor da proposta apresentada pelo licitante.

4.11 As empresas, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

4.11.1. Autorização de Funcionamento da Empresa expedida pelo Ministério da Saúde e publicada no Diário Oficial da União, no caso dos fabricantes de acordo com a Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976.

4.11.2 Autorização de Funcionamento da Empresa Importadora, expedida pelo Ministério da Saúde, de acordo com a RDC nº 81 de 05 de novembro de 2008, para comercialização de produto importado.

4.11.3 Alvará Sanitário expedido pelo órgão sanitário local competente, para exercer as atividades de fabricação e/ou comercialização de medicamentos.

4.11.4 Autorização especial expedida pelo Ministério da Saúde, para exercício de atividades relacionadas aos medicamentos da Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998, de acordo com Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001.

5. CLASSIFICAÇÃO TÉCNICA DA PROPOSTA

5.1 Na classificação técnica da proposta se incluem os requisitos exigidos pela Vigilância Sanitária e órgãos competentes para garantir que os interessados em fornecer seus produtos, sejam empresas idôneas, inspecionadas periodicamente e assegurem que a qualidade de seus produtos atenda aos requisitos técnicos necessários, compreendendo os documentos relacionados abaixo, apresentados por meio digital.

5.2 Na proposta, os produtos deverão ser identificados quanto ao princípio ativo, nome comercial, quantidade licitada, nome da indústria fabricante, embalagem com o quantitativo do produto ofertado, número do registro no Ministério da Saúde e procedência. Para os medicamentos importados indicar obrigatoriamente o país de origem.

5.3 Para todos os itens deverão ser apresentados os seguintes documentos:

5.3.1 Registro do produto no órgão competente do Ministério da Saúde (MS), de acordo com o Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, ou comprovante da Notificação Simplificada, ou comprovante de Isenção de Registro de acordo com a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

5.3.2 Para produtos com registro cuja validade é inferior ou igual a 6 (seis) meses, deverá ser enviado juntamente com o registro, o protocolo de petição de renovação do registro no órgão competente do Ministério da Saúde, conforme parágrafo 6º, título II, da Lei 6.360 de 23 de setembro de 1976.

5.3.3 Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (CBPF), emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, de acordo com a RDC 17/2010, RDC 39/2013, RDC 207/2018 e RDC 301/2019 para empresas fabricantes, atendendo ao disposto no Art. 29 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, inciso IV - *Solicitar a certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, por instituição previamente credenciada.*

5.3.3.1 O Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) é o documento emitido pela Anvisa atestando que determinado estabelecimento cumpre com as Boas Práticas de Fabricação (BPF). Aplica-se a fabricantes de Medicamentos, Produtos de Saúde, Cosméticos, Perfumes, Produtos de Higiene Pessoal, Saneantes e Insumos Farmacêuticos, localizadas em território nacional, no Mercosul ou em outros países.

O CBPF é regulamentado pela RDC nº 39 de 14/08/2013. Sua concessão para fabricantes de medicamentos depende da verificação do efetivo cumprimento dos requisitos preconizados pelas normas vigentes de BPF. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define BPF como “parte da garantia da qualidade que assegura que produtos sejam consistentemente produzidos e controlados de acordo com padrões de qualidade apropriados para o uso pretendido e requerido pelo registro sanitário”.

As Boas Práticas de Fabricação (BPF) de medicamentos constituem-se de regras que buscam controlar todas as etapas de fabricação que possam influir na qualidade de um medicamento, de modo que este atenda às especificações previamente estabelecidas. É regulamentada pela RDC nº 17/2010, de cumprimento obrigatório por todos os fabricantes de medicamentos. A inspeção sanitária é o instrumento técnico-administrativo utilizado pela Vigilância Sanitária para a verificação do cumprimento das BPF, e consequentemente para a concessão do Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF).

Sendo assim, a solicitação do CBPF é a garantia de que a Unidade de Abastecimento Farmacêutico estará adquirindo produtos fabricados com controle de qualidade de modo a garantir a segurança do paciente com relação à utilização desses medicamentos.

5.3.3.2 O CBPF apresentado deverá ser por linha de produção, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, quando se tratar de produto nacional.

5.3.3.3 O CBPF deverá ser emitido pela autoridade sanitária do país de origem do medicamento, ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira, quando se tratar de produto importado.

5.3.4 Deverão ser apresentadas as bulas de todos os medicamentos cotados.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1 O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados a partir do(a) recebimento da nota de compra pela contratada.

6.1.1 Os bens deverão ser entregues em dias úteis, na Unidade de Abastecimento Farmacêutico - Setor Farmácia do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais - Filial EBSEERH, situada na Avenida Professor Alfredo Balena, 110, Santa Efigênia, Belo Horizonte- MG, de 07h00min às 16h00min, acompanhados dos documentos e observando as exigências estipuladas neste Termo de Referência.

6.1.2 Prazo de vida útil/validade: no mínimo, de 12 (doze) meses, a contar do recebimento provisório, exceto aqueles cuja validade normal seja comprovadamente inferior a este prazo, caso em que tal situação deverá ser devidamente esclarecida na proposta.

6.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 07 (sete) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.6 O lote rejeitado deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 10 (dez) dias úteis da data de notificação. Não ocorrendo o fato no prazo estabelecido, o fornecedor arcará com os custos

de armazenagem, quebras e outros incidentes sobre o produto, a partir da data de confirmação da impropriedade.

6.7 A não retirada dos lotes rejeitados autoriza automaticamente a contratante a efetuar o descarte adequado do produto.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 São obrigações do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC-UFMG/EBSERH).

7.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

7.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

7.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

7.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3 Proceder com rigoroso controle de qualidade dos produtos no recebimento, recusando os que estiverem fora das especificações desejadas e às apresentadas nas propostas, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.

7.4 Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as informações referentes a: marca, fabricante, lote, prazo de validade, apresentação e procedência do medicamento, número da nota de compra e número do empenho.

8.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

8.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

8.1.4 Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

8.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.2 Os medicamentos deverão ser entregues em conformidade com a legislação sanitária vigente.

8.3 Os fabricantes e distribuidores devem cumprir as exigências de rastreabilidade de acordo com a Portaria nº 802 de 08 de outubro de 1998 da ANVISA.

8.4 A produção, comercialização e transporte das soluções parenterais deverão estar em conformidade com a RDC nº 45 de 12 de março de 2003.

8.5 Os dizeres constantes em rótulos, bulas e embalagens deverão estar em conformidade com o estipulado pela legislação sanitária.

8.6 Os medicamentos sólidos de uso oral, quando acondicionados em "blisters", devem possuir o nome do fármaco, o número do lote e o prazo de validade gravada em cada unidade.

8.7 As ampolas e frascos-ampolas deverão ter o número do lote e o prazo de validade gravado em cada unidade.

8.8 Os medicamentos deverão ser entregues acompanhados, de original ou cópia autenticada do Laudo Analítico-Laboratorial/Certificado de Análise, por lote, expedido pelo Laboratório de Controle de Qualidade do fabricante dos mesmos, conforme especificado abaixo:

8.8.1 Nome do produto conforme Denominação Comum Brasileira, nome de marca, dosagem e apresentação.

8.8.2 Número do lote analisado.

8.8.3 Número de unidades por lote.

8.8.4 Formas farmacêuticas sólidas - comprimido, drágeas, cápsulas, pó:

8.8.4.1 Características físico-químicas - forma, cor, desintegração, uniformidade de peso, dureza, friabilidade, uniformidade de doses unitárias, dissolução e umidade (citar método).

8.8.4.2 Identificação e doseamento de fármaco.

8.8.5 Formas farmacêuticas de uso parenteral, inclusive quando se tratar de diluentes:

8.8.5.1 Características físico-químicas - aspecto, cor, pH, umidade dos pós, uniformidade de

doses unitárias dos pós, uniformidade de peso dos pós, limpidez, seringabilidade, hermeticidade, osmolaridade, viscosidade.

8.8.5.2 Controle microbiológico - esterilidade, pirogenicidade e toxicidade.

8.8.5.3 Dados adicionais - volume após diluição, estabilidade da diluição em diluentes diversos e temperatura de acondicionamento após diluição.

8.8.6 Além dos testes acima relacionados, deverão constar também dos laudos, os testes específicos dos fármacos preconizados nas Farmacopeias, ou seja, impurezas e produtos de degradação.

8.8.7 Deverão constar no laudo técnico, ao lado dos resultados, nos itens pertinentes que envolvam especificações técnicas, os parâmetros farmacopeicos tomados como referência e a fonte.

8.8.8 Deverão constar do laudo a assinatura e carimbo contendo nome, cargo e registro no Conselho Regional do responsável pelas análises do produto.

8.8.9 Os Laudos Analíticos Laboratoriais de medicamentos em associação deverão conter o doseamento de cada componente da fórmula.

8.9 Deverão ser adotadas as técnicas de análise físico-químicas, biológicas e microbiológicas preconizadas pelas Farmacopeias Brasileira, Americana e Britânica das edições mais recentes, sendo admitidas técnicas Americanas e Britânicas somente em caso de inexistência dos meios adequados em âmbito nacional.

8.10 Reserva-se ao Hospital o direito de solicitar da empresa contratada (fabricante ou distribuidor), Laudo(s) Analítico-Laboratorial (is) do(s) produto(s) oferecido(s), expedido por laboratório oficial ou laboratório particular sem ônus para a instituição.

8.11 Os Laudos Analítico-Laboratoriais emitidos pelos laboratórios credenciados pelo Ministério da Saúde serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações informadas pelo fabricante.

8.12 O Hospital das Clínicas da UFMG/ Filial Ebserh reserva-se o direito de solicitar do fornecedor e/ou fabricante informações relacionadas a estudos de biodisponibilidade e bioequivalência dos medicamentos.

8.13 Os produtos serão entregues acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens de fábrica lacradas pelo fabricante.

8.14 O Hospital das Clínicas da UFMG/ Filial Ebserh reserva-se o direito de não receber produtos que sejam entregues em embalagens de papelão que contenham diversos produtos, não proporcionando uma condição favorável de identificação e conferência e/ou fora das embalagens primárias ou em embalagens violadas e/ou danificadas.

8.15 Os medicamentos serão entregues acompanhados de documento fiscal, em duas vias, contendo obrigatoriamente: o número da nota de compra, o número do empenho; o nome do fármaco e o nome comercial; o número do lote, a data de validade e a quantidade correspondente a cada lote.

8.16 O Hospital das Clínicas da UFMG/ Filial Ebserh reserva-se o direito de solicitar ao fornecedor comprovação de regularidade dos seguintes documentos: registro do produto no Ministério da Saúde e Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle durante o período de vigência da ata de registro de preço.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1 Em caso de esgotamento de mercado do medicamento ofertado na ocasião da licitação, por motivo de descontinuação temporária e/ou definitiva de fabricação ou importação ou indisponibilidade de matéria-prima para fabricação, devidamente comprovadas por meio de documento oficial do laboratório fabricante, poderão ser aceitos como opções para possíveis substituições, aqueles que comprovadamente possuírem qualidade e rendimento iguais ou superiores ao ofertado, mantendo-se o mesmo preço homologado e mediante envio do registro do produto no órgão competente do Ministério da Saúde e Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle.

10. AMOSTRAS

10.1 Conforme o Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, no Art. 29 - "A Ebserh, na licitação para aquisição de bens, poderá, exigir amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação ou na fase de julgamento das propostas ou de lances ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços." E no Art. 69 "A Ebserh poderá exigir, para o procedimento de pré-qualificação, a apresentação de amostras, a demonstração das exigências de habilitação, qualificação técnica e de aceitação de bens, conforme o caso, mediante a divulgação em sítio eletrônico mantido pela Ebserh."

10.2 As amostras serão solicitadas à empresa provisoriamente vencedora, CASO SEJA NECESSÁRIO, durante a fase de qualificação técnica quando a análise formal da proposta, juntamente com os documentos técnicos, não forem suficientes para conferir segurança à área demandante quanto à adequação do objeto ofertado pelo licitante. As amostras deverão ser enviadas em embalagem original, devidamente identificadas com o nome do fornecedor, o número do pregão e do item, com o original ou cópia autenticada do Laudo Analítico-Laboratorial/Certificado de Análise emitido pelo Departamento de Controle de Qualidade do fabricante.

10.3 Reserva-se ao Hospital o direito de testar e manipular as amostras enviadas.

10.4 Caso a licitante provisoriamente vencedora apresente proposta de item utilizado no Hospital das Clínicas da UFMG/EBSERH nos últimos três meses estará dispensada de enviar amostra.

10.5 Os critérios de avaliação das amostras serão referentes aos aspectos físicos, às informações da embalagem e/ou rótulo, à forma como o produto é administrado/utilizado e demais critérios que forem necessários para concluir se o produto a ser adquirido atende às especificações descritas neste Termo de Referência.

10.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues, passíveis de devolução, deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de até 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 Não será admitida a subcontratação do objeto deste processo licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE DE EXECUÇÃO

13.1 Nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Art. 101 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

13.2 O controle e a fiscalização da execução se darão em conformidade com as previsões constantes do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

13.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, que é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, em conformidade com o Art. 97 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

13.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.5 A fiscalização, o controle da execução e das obrigações decorrentes deste processo administrativo serão de responsabilidade do Setor Farmácia Hospitalar, por intermédio dos seguintes servidores e/ou empregados públicos:

Gestor do Contrato	Marcelo Alves dos Santos	SIAPE	234786-5
Gestor Suplente	Livia Guimarães de Aquino	SIAPE	217485-7
Fiscal Técnico do Contrato	Adriana Cristina Souza Gonçalves de Castro	SIAPE	1458120-5
Fiscal Técnico Suplente	Patrícia Pereira Guimarães	SIAPE	226191-8

14. DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

14.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

14.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.5 Antes do pagamento, o contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

14.5.1 Serão efetuadas as seguintes consultas:

- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- Certidão Negativa de Inidôneos – TCU.

14.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à

contratada a ampla defesa.

14.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.10 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

14.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.11.1 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.12 A Ebserh não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

14.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de **6 % (seis por cento) ao ano**, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I =	(x/ 100)
	365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

15. REVISÃO E CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 A revisão e o cancelamento dos preços registrados seguirá a disciplina dos arts. 17 a 21 do Decreto n.º 7.892, de 23/01/2013.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato o HC-UFGMg/Ebserh poderá, mediante regular processo administrativo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

16.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante.

16.1.2 Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

16.1.3 Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

16.2. As sanções previstas nos itens 16.1.1 e 16.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com o item 16.1.2, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.

16.3. Poderá ser emitida GRU - Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela contratada.

16.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

16.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

16.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

16.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados.

16.4.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato.

16.4.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

16.4.6. Apresentar documentação falsa exigida para o certame.

16.4.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação.

16.4.8. Não mantiver a proposta.

16.4.9. Falhar ou fraudar na execução do contrato.

16.4.10. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

16.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303, de 2016, e subsidiariamente à Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.9. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive a responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

16.10. Aos licitantes, será aplicada quando necessário, a Norma Operacional EBSERH nº 03, de 03 de junho de 2016, disponível no sítio http://www.ebserh.gov.br/documents/22765/106576/norma+operacional+03_boletim_servico_169_06_06_16.pdf/a1f7b9b9-4b7c-425a-805a-3811899908d5. Sendo assim, devem tomar conhecimento dessa norma, uma vez que versa sobre o estabelecimento de normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, voltado à aplicação de sanções administrativas a licitantes, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios.

17. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

17.1 Cabe à contratada observar e adotar os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, quando couber, para fins de produção e/ou distribuição do material objeto desta licitação.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1 O critério de aceitabilidade de preços é sigiloso, nos termos do art. 34 da Lei nº 13.303/2016 e do art. 13 do RLCE.

Belo Horizonte, 19 de outubro de 2020.

(assinado eletronicamente)
Patrícia Pereira Guimarães
Farmacêutica - SIAPE 2261918
Unidade de Abastecimento Farmacêutico
Setor Farmácia Hospitalar
Gerência de Atenção à Saúde
Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais

Adriana Cristina Souza Gonçalves de Castro.
Chefe da Unidade de Abastecimento Farmacêutico - SIAPE 1458120-5
Setor Farmácia Hospitalar
Gerência de Atenção à Saúde
Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais

(assinado eletronicamente)
Maria das Dores Graciano Silva
Chefe Setor de Farmácia Hospitalar - SIAPE 1144602
Gerência de Atenção à Saúde
Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.ª Andréa Maria Silveira
Superintendente do HC-UFGM/ Ebserh
Insc. 143.561 - SIAPE: 1180660
PT-443 de 03/09/18



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Pereira Guimaraes, Farmacêutico(a)**, em 19/10/2020, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Maria Silveira, Superintendente**, em 19/10/2020, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Cristina Souza Gonçalves de Castro, Chefe de Unidade**, em 20/10/2020, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria das Dores Graciano Silva, Chefe de Setor**, em 20/10/2020, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9601744** e o código CRC **1C3FC729**.

Referência: Processo nº 23537.005977/2020-12 SEI nº 9601744

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100
- <http://hcmg.ebserh.gov.br>

Modelo de Ata de Registro de Preços

Processo nº 23537.005977/2020-12

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, filial Hospital das Clínicas de Minas Gerais sediado(a) na Avenida Alfredo Balena, 110, Santa Efigênia - Belo Horizonte/MG, CNPJ 15.126.437/0015-49, UG 155021, neste ato representada pela sua Superintendente, Prof.^a Andréa Maria Silveira, Brasileira, RG nº xxxxxxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxx, nomeado por pela portaria nº Portaria-SEI nº 443, de 3 de setembro de 2018 e por sua Gerente Administrativa, Senhora Elizete Maria da Silva Neme, brasileira, RG nº xxxxxxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxx, nomeado por (ato de nomeação), publicado no (Boletim/DOU), de (data da publicação), ambos no uso das atribuições conferidas pelo artigo 20 da Portaria-SEI nº 8/2019, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 29/2020, publicada no DOU de xx/xx/xxxx, processo administrativo nº 23537.005977/2020-12, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a eventual aquisição parcelada de medicamentos industrializados de diferentes classes farmacológicas, padronizados na instituição para utilização nos pacientes submetidos a procedimentos ambulatoriais, clínicos, diagnósticos e cirúrgicos no âmbito do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG - Filial EBSEH, especificado(s) no item 1.1 do Termo de Referência, anexo do Edital de Pregão nº 29/2020, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços

consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Hospital das Clínicas da UFMG, filial Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH e não terá órgãos participantes. Por interesse da administração, o referido Pregão será realizado somente para ressurgimento do HC/UFMG-Ebserh.

4. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016 que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 8.945/2016, no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e no Decreto nº 7.892/2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 - P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da publicação do extrato resumido no Diário Oficial da União não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços

registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das

ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, nos termos do art. 12, § 1º, do Decreto nº 7.892/2013.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, § 4º, do Decreto nº 7.892, de 2013.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Belo Horizonte, xx de xxxxxxxx de xxxx.

Representante legal do HC UFMG - Ebserh

(assinado eletronicamente)

Prof.ª Andréa Maria Silveira
Superintendente do HC-UFMG/Ebserh
Portaria-SEI nº 443, de 3 de setembro de 2018

(assinado eletronicamente)

Elizete Maria da Silva Neme
Gerente Administrativa
HC-UFMG/Ebserh

Representante legal da xxx

(assinado eletronicamente)

Nome:xxxxxxxxxxxxxxxxxx
RG: xxxxxxxxxxxxxxxx
CPF: xxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Fernandes de Oliveira, Assistente Administrativo**, em 19/11/2020, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10166911** e o código CRC **08ECF389**.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100
- <http://hcmg.ebserh.gov.br>

ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2020
(Processo Administrativo n.º 23537.005977/2020-12)

MODELO DE SOLICITAÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DE CADASTRO RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, aceita reduzir seu preço ao valor da proposta do licitante mais bem classificado para o(s) Item(ns) ____ do Pregão Eletrônico SRP nº 29/2020, e assim solicita à Coordenadoria de Licitações sua inclusão no cadastro de reserva da Ata de Registro nº _____.

Local e Data: _____

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100
- <http://hcmg.ebserh.gov.br>

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2020
(Processo Administrativo n.º 23537.005977/2020-12)

COMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA

O vencedor do item deverá encaminhar a Unidade de Licitações e Compras do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais os dados solicitados neste anexo, sem prejuízo de outras informações solicitadas no Edital e seus anexos, para Emissão de Empenho e Assinatura da Ata de Registro de Preços:

- Razão social
- CNPJ
- Inscrição Estadual e Municipal
- Endereço Completo com CEP da Empresa
- Telefone, fac-símile.
- E-mail
- Contato
- Nome do banco
- Número da agência
- Número da conta corrente
- Nome completo de quem assinará o contrato
- Carteira de identidade
- CPF
- Declarar expressamente de estarem incluídas nos preços cotados todas as despesas com impostos, taxas, fretes, e quaisquer outras que venham a incidir:
- **Declarar que substituirá no prazo de 72 (setenta e duas) horas, os produtos fornecidos no qual se verifiquem não conformidades as especificações do objeto licitado, sem prejuízo de aplicação de sanções administrativas previstas neste Edital.**

Data: _____

Assinatura: _____

Nome do Declarante: _____

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100
- <http://hcmg.ebserh.gov.br>

ANEXO V
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 29/2020
(Processo Administrativo n.º 23537.005977/2020-12)
DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Para fins de participação na licitação Pregão Eletrônico nº 29/2020, a empresa (nome completo da proponente) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____ (endereço completo), declara sob as penas da Lei, que atende a todos os requisitos da legislação existente sobre sustentabilidade ambiental na comercialização do (s) objeto (s) da licitação, armazenamento e transporte (se for o caso):

- a) Atende a todos os requisitos da legislação existente sobre sustentabilidade ambiental na comercialização do(s) objeto(s) da licitação, armazenamento e transporte (se for o caso) em conformidade com a IN 01/2010-SLTI; e
- b) Atende as exigências da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.

Local e Data: _____

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100
- <http://hcmg.ebserh.gov.br>

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2020

(Processo Administrativo n.º 23537.005977/2020-12)

DECLARAÇÃO POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA EBSEH

Em atenção ao art. 15, parágrafo único da POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA EBSEH, a fim de afastar interesses secundários, declaro que essa empresa não possui em seu quadro de administração, pessoa com influência relevante ou envolvida em decisão de interesse exclusivo da Ebserh. Segue abaixo quadro com relação de administradores da empresa:

Nome do Administrador:

CPF:

DADOS DA EMPRESA:

Nome: _____

Endereço: _____ CEP: _____

Telefone: _____ e-mail: _____

CNPJ: _____

(local e data)

Estudo Técnico Preliminar 55/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 23537.005977/2020-12

2. Normas Aplicáveis

2.1 Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976. Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências.

2.2 Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013. Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.

2.3 RDC nº 17, de 16 de abril de 2010. Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

2.4 RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para concessão da Certificação de Boas Práticas de Fabricação e da Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem.

2.5 RDC nº 207, de 03 de janeiro de 2018. Dispõe sobre a organização das ações de vigilância sanitária, exercidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativas à Autorização de Funcionamento, Licenciamento, Registro, Certificação de Boas Práticas, Fiscalização, Inspeção e Normatização, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS.

2.6 Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

2.7 Portaria nº 802, de 08 de outubro de 1998. Institui o Sistema de Controle e Fiscalização em toda cadeia de produtos farmacêuticos.

2.8 RDC nº 107, de 05 de setembro de 2016. Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 199, de 26 de outubro de 2006, que dispõe sobre os medicamentos de notificação simplificada.

2.9 Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2.10 Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, aprovado pela Resolução nº 71 de 28 de junho de 2018, nos termos do art. 40 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

2.11 RDC nº 301, de 21 de agosto de 2019. Dispõe sobre as Diretrizes Gerais de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

2.12 RDC nº 317, de 22 de outubro de 2019. Dispõe sobre os prazos de validade e a documentação necessária para a manutenção da regularização de medicamentos, e dá outras providências.

2.13 RDC nº 16, de 01 de abril de 2014. Dispõe sobre os critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas.

2.14 Regulamento – SEI nº 1/2019/DAS-EBSERH – Regulamento de Gestão de Materiais de Consumo e Medicamentos.

2.15 Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019. Regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. A referida norma se aplica somente à etapa externa da licitação, a partir da abertura da sessão pública até as fases de adjudicação e homologação, conforme artigo 127, do RLCE.

2.16 Portaria SEI nº 629, de 20 de dezembro de 2019. Instituir o Catálogo Padronizado de Medicamentos da Rede Ebserh (CatMed) e definir diretrizes referentes a sua utilização.

3. Descrição da necessidade

O presente estudo tem por objetivo apontar os fundamentos para aquisição de medicamentos industrializados de diferentes classes farmacológicas, padronizados na instituição para utilização nos pacientes submetidos a procedimentos ambulatoriais, clínicos, diagnósticos e cirúrgicos no âmbito do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG – Filial EBSEH, buscando a melhoria contínua na qualidade assistencial, conforme condições, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e anexos.

A aquisição de medicamentos ocupa um papel de destaque dentro do complexo sistema de compras realizadas na Unidade Hospitalar, uma vez que trata-se de um insumo estratégico de suporte às ações de saúde, com a finalidade de prevenir, curar doenças ou aliviar seus sintomas. Sua falta pode impedir o início do tratamento adequado e contribuir para a descontinuidade do mesmo, levando ao agravamento dos sintomas, prolongamento do tempo de internação, e, por vezes, ao óbito. Isto afeta a qualidade de vida dos usuários e a credibilidade dos serviços farmacêuticos e do sistema de saúde como um todo.

O Hospital das Clínicas-UFMG/EBSEH é um hospital de ensino público e federal, que tem a missão de “desenvolver a assistência em saúde com eficiência, qualidade e segurança e, de forma indissociável e integrada, o ensino, a pesquisa e a extensão”. O exercício da competência acima mencionada e a gestão de sua estrutura própria justificam a aquisição dos diversos medicamentos constantes neste estudo.

É importante ressaltar que a padronização de medicamentos, elaborada pela Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) da instituição define o arsenal terapêutico a ser utilizado na assistência à saúde dos pacientes atendidos pelo Hospital das Clínicas da UFMG/Filial Ebserh. Sendo assim, nas definições dos objetos não foram incluídas especificações irrelevantes, informações desnecessárias ou que limitem a competição. Considerando a seleção de medicamentos no Hospital das Clínicas da UFMG /Ebserh, a partir do Catálogo Padronizado de Medicamentos da Ebserh, esses medicamentos são incluídos em processos de aquisição visto que possuem consumo regular durante o período de 12 (doze) meses.

Considerando a importância da continuidade e do pleno exercício dos serviços oferecidos pelo Hospital das Clínicas da UFMG /EBSEH, instituição prestadora de serviços de referência em âmbito municipal e estadual do Sistema Único de Saúde (SUS /MG) no atendimento aos pacientes portadores de patologias de média e alta complexidade, torna-se necessária a abertura de processo licitatório de modo a garantir o abastecimento pelo período de 12 (doze) meses, a fim de manter o pleno funcionamento das atividades, visando o suporte planejado às tarefas e ações operacionais.

Esta aquisição ocupa um papel de destaque, uma vez que trata-se de insumos imprescindíveis a uma assistência que prime pela qualidade e excelência dos serviços ofertados aos seus usuários.

Sendo assim, a indisponibilidade dos medicamentos acarretaria em consequências graves tanto ao sistema como aos pacientes por ele assistidos, uma vez que, resultaria em aumento nas taxas de morbidade e mortalidade e aumento considerável nos gastos devido à necessidade de compras emergenciais, que resultam em sua grande maioria, na aquisição de produtos com um custo mais elevado.

Diante do exposto, a Unidade de Abastecimento Farmacêutico/ Setor Farmácia Hospitalar tem a atribuição de planejar a aquisição dos medicamentos propostos neste estudo de modo a garantir o abastecimento pelo período de 12 (doze) meses, evitando interrupções de tratamento ou tratamento inadequado, o que pode ocasionar progressão da doença, falta de opção terapêutica e como consequência o óbito precoce.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Unidade de Abastecimento Farmacêutico	Adriana Cristina Souza Gonçalves de Castro

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A execução do objeto dessa contratação deverá seguir os requisitos relacionados no Termo de Referência em questão, visto que o fornecimento dos medicamentos industrializados de diferentes classes farmacológicas é essencial para o tratamento adequado dos pacientes atendidos por essa instituição, de modo que sua interrupção poderá comprometer o cumprimento da missão institucional.

Os eventuais contratos firmados pela Ebserh, referentes ao objeto desta licitação submetem-se aos preceitos da lei 13.303/2016, ao Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, às demais normas referidas no item 2, bem como aos preceitos de direito privado.

Requisitos necessários ao atendimento da demanda, no que diz respeito à execução contratual:

- Atendimento dos critérios exigidos pela Vigilância Sanitária e órgãos competentes, de modo a garantir que os interessados em fornecer seus produtos sejam empresas idôneas, inspecionadas periodicamente e assegurem a qualidade dos insumos ofertados.
- Certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, por instituição previamente credenciada.
- Manter os dados atualizados perante ao Hospital das Clínicas da UFMG/Filial Ebserh.
- O contratado manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do processo licitatório.

6. Levantamento de Mercado

Não se aplica ao objeto dessa contratação a identificação da existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações tampouco a coleta de contribuições com potenciais contratadas por meio de consulta, audiência pública ou diálogo transparente, visto que os medicamentos a serem adquiridos possuem a especificação técnica padronizada conforme a Denominação Comum Brasileira - ANVISA, constam no Catálogo de Medicamentos da Rede Ebserh, atendendo ao que é praticado usualmente no mercado e nos compêndios oficiais reconhecidos pela ANVISA. As informações são claras e objetivas, permitindo o entendimento do que se está licitando, garantindo a aquisição correta dos itens padronizados na instituição.

Para a aquisição de bens é utilizada a modalidade de Pregão Eletrônico, Sistema de Registro de Preços, visando o disposto no art. 31 da Lei 13.303 de 30 de junho 2016: *“As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.”*

A aquisição de bens efetuada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP – é a que melhor se coaduna com o planejamento estratégico do Hospital das Clínicas-UFMG/Ebserh, inclusive no que se refere à Logística de Suprimentos, pois promove o aumento da eficiência administrativa, com a redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro; otimiza os processos de contratação de bens pela Administração; a solicitação de fornecimento ocorre somente quando surgir a necessidade em se adquirir os bens registrados; celeridade da contratação, haja vista que se têm preços registrados; possibilita o fornecimento de forma parcelada do bem ou serviço registrado; maior eficiência logística devido à redução de volume de estoques e consequentemente do curso de armazenagem, bem como de perdas por perecimento ou má conservação, uma vez que a Administração Pública contrata na medida de suas necessidades.

7. Descrição da solução como um todo

O Hospital das Clínicas da UFMG filial Ebserh é credenciado pelo Sistema Único de Saúde para prestar assistência à saúde, com ênfase na atenção especializada, na formação de recursos humanos e na produção de conhecimento em saúde, tendo como responsabilidade desenvolver a assistência em saúde com eficiência, qualidade e segurança e, de forma indissociável e integrada, o ensino, a pesquisa e a extensão.

O detalhamento e as especificações técnicas dos medicamentos foram realizados a partir dos dados contidos no Sistema de Farmácia (Net Term), no Formulário Farmacêutico 18ª edição do Hospital das Clínicas da UFMG e no Catálogo Padronizado de Medicamentos da Ebserh, devidamente padronizados pela Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) dessa instituição. Sendo assim, nas definições do objeto não foram incluídas especificações irrelevantes, informações desnecessárias ou que limitem a competição.

Os medicamentos de diferentes classes farmacológicas são padronizados na instituição e estão devidamente identificados por meio do código padronizado no Catálogo da Rede Ebserh, pelo CATMAT e pelo código do Hospital das Clínicas da UFMG /Ebserh.

O quantitativo total estimado foi calculado com base no histórico do consumo médio mensal, de modo a garantir a aquisição dos medicamentos elencados nesse estudo para suprir a demanda da instituição. Para cada um dos medicamentos solicitados é realizado um planejamento individual, considerando o período de um contrato vigente, o consumo médio histórico, o perfil de utilização e a margem de segurança que é acrescentada ao quantitativo historicamente consumido, destinada a absorver os picos e oscilações de demanda causados por diversos fatores imprevisíveis.

Alguns itens para os quais não houve consumo nos últimos anos, foram incluídos no processo de compra em razão de serem utilizados em casos específicos e esporádicos.

De acordo com o Art. 3º, da Resolução nº 71, de 28 de junho de 2018 que aprova o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: *“Nas licitações e contratos deve-se observar o planejamento de aquisições da Ebserh e as seguintes diretrizes:*

IV - adoção preferencial da modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet.”

Todos os processos de aquisição solicitados pela Unidade de Abastecimento Farmacêutico/ Setor de Farmácia Hospitalar atendem à legislação pertinente. Os documentos solicitados para classificação técnica da proposta são avaliados conforme os requisitos exigidos pela ANVISA e órgãos competentes, especificados em leis, decretos e resoluções pertinentes para a aquisição de medicamentos por órgãos públicos. A exigência dos documentos técnicos respaldam a aquisição de medicamentos de empresas idôneas, que são inspecionadas periodicamente, assegurando a qualidade dos itens fornecidos.

A solicitação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (CBPF) do fabricante do medicamento é motivada mediante o exposto:

O Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) é o documento emitido pela Anvisa atestando que determinado estabelecimento cumpre com as Boas Práticas de Fabricação (BPF). Aplica-se a fabricantes de Medicamentos, Produtos para Saúde, Cosméticos, Perfumes, Produtos de Higiene Pessoal, Saneantes e Insumos Farmacêuticos, localizadas em território nacional, no Mercosul ou em outros países.

O CBPF é regulamentado pela RDC nº 39 de 14/08/2013. Sua concessão para fabricantes de medicamentos depende da verificação do efetivo cumprimento dos requisitos preconizados pelas normas vigentes de BPF. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define BPF como “parte da garantia da qualidade que assegura que produtos sejam consistentemente produzidos e controlados de acordo com padrões de qualidade apropriados para o uso pretendido e requerido pelo registro sanitário”.

As Boas Práticas de Fabricação (BPF) de medicamentos constituem-se de regras que buscam controlar todas as etapas de fabricação que possam influir na qualidade de um medicamento, de modo que este atenda às especificações previamente estabelecidas. É regulamentada pela RDC nº 17/2010, de cumprimento obrigatório por todos os fabricantes de medicamentos. A inspeção sanitária é o instrumento técnico-administrativo utilizado pela Vigilância Sanitária para a verificação do cumprimento das BPF, e conseqüentemente para a concessão do Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF).

Sendo assim, a solicitação do CBPF é a garantia de que a Unidade de Abastecimento Farmacêutico estará adquirindo produtos fabricados com controle de qualidade de modo a garantir a segurança do paciente com relação à utilização desses medicamentos.

A adoção do Sistema de Registro de Preços pela Administração Pública permite a evolução significativa do planejamento das atividades, além de:

- Facultatividade na aquisição do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis.
- Possibilidade de compra progressiva, não havendo necessidade de que se adquira todo o quantitativo de uma só vez, o que não gera, pois, custos com implantação e manutenção de estoque, bem como evita o ônus de vigilância e não causa riscos de perda do objeto por prazo de validade. Ademais, no momento de assinatura da ata, a Administração não necessita ter disponibilidade de recursos, bastando que isso ocorra apenas quando da celebração do contrato ou instrumento equivalente, garantindo-se assim uma prontidão na aquisição dos produtos desejados.
- Evita-se a multiplicidade de licitações repetitivas, contínuas e seguidas, com a finalidade de aquisição de um mesmo objeto, ou objetos semelhantes, estabelecendo-se assim uma rotina aperfeiçoada da atividade licitatória, em obediência aos Princípios da Eficiência e Economicidade.
- A adoção do Sistema de Registro de Preços permite um aumento na competitividade, porquanto permite a participação das pequenas e médias empresas nas Licitações, devido à possibilidade de parcelamento das compras.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Considerando o disposto no Art. 3 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE) foram observadas as diretrizes para o planejamento da aquisição.

Foram relacionados neste planejamento, 104 medicamentos industrializados de diferentes classes farmacológicas, visando à utilização nos pacientes submetidos a procedimentos ambulatoriais, clínicos, diagnósticos e cirúrgicos no âmbito do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG – Filial EBSEH. As especificações foram revisadas e corrigidas, quando necessário, atendendo ao que é praticado usualmente no mercado e nos compêndios oficiais reconhecidos pela ANVISA, com informações claras e objetivas, permitindo o entendimento do que se está licitando, garantindo a aquisição correta dos itens padronizados na instituição.

Foi elaborada a estimativa do consumo anual, conforme demonstrado no anexo "Planejamento da Aquisição". O planejamento foi realizado individualmente, para cada item a ser adquirido. O mesmo consiste em determinar o Consumo Médio Mensal (CMM) de cada medicamento por meio da média aritmética do quantitativo consumido no último ano. Esses dados são obtidos por meio dos relatórios de aquisição e de consumo (requisições) gerados no Sistema de Farmácia Net Term. O CMM é multiplicado por 12 meses, considerando o período de vigência da Ata de Registro de Preços, acrescido do Estoque de Segurança (igual a 50% do CMM de cada item), considerando a implantação de novos serviços; as alterações nos serviços prestados e a ocorrência de sazonalidade(s) que culminam em oscilações bruscas no consumo médio histórico. O valor resultante desse cálculo é a quantidade a ser licitada no processo.

ITEM	QUANT	UNIDADE	CATMAT	CÓDIGO EBSERH	CÓDIGO HC- UFMG	DESCRIÇÃO
001	27000	AMP	268481	EBF00696	038731	MIDAZOLAM 5mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10mL
002	18000	AMP	268482	EBF00695	038709	MIDAZOLAM 1mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5mL
003	900	AMP	335091	EBF01390	011297	ACETILCISTEINA 100mg/mL (10%) SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3mL
004	18000	AMP	273457	EBF02584	011132	NEOSTIGMINA, METILSULFATO 0,5mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1mL
005	5400	COMP	448641	EBF01156	020933	NIFEDIPINO 20mg COMPRIMIDO DE AÇÃO PROLONGADA
006	5400	COMP	274150	EBF01158	020977	NIMODIPINO 30mg COMPRIMIDO
007	9000	AMP	453501	EBF01161	011209	NITROPRUSSETO DE SÓDIO 25mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2mL
008	108000	AMP	442584	EBF01125	011286	NOREPINEFRINA, HEMITARTARATO 2mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4mL
009	900	AMP	278916	EBF02760	011352	OLIGOELEMENTOS SEM FERRO (ZINCO 2,5 mg/mL+ COBRE 0,8 mg/mL+ MANGANÊS 0,4mg/mL+ CROMO 10mcg /mL) SOLUÇÃO INJETÁVEL 2mL USO ADULTO

010	900	AMP	278895	EBF02761	011320	OLIGOELEMENTOS (ZINCO 500mcg/mL+ COBRE 100mcg /mL+ MANGANÊS 10mcg/mL+ CROMO 1mcg/mL) SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4mL USO PEDIÁTRICO
011	1800	COMP	365440	EBF02602	021274	OXIBUTININA 5mg COMPRIMIDO
012	36000	COMP	267778	EBF01615	021428	PARACETAMOL 500mg COMPRIMIDO
013	1800	FR	267777	EBF01614	026686	PARACETAMOL 200mg/mL SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15mL
014	900	COMP	273940	EBF00835	039028	PAROXETINA 20mg COMPRIMIDO
015	3600	COMP	271764	EBF02564	021637	PIRIDOSTIGMINA 60mg COMPRIMIDO
016	540	COMP	273589	EBF00777	022540	PROPILTIOURACILA 100mg COMPRIMIDO
017	3600	AMP	272362	EBF02499	012320	PROTAMINA, CLORIDRATO 10mg/mL (1.000UI/mL) SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5mL
018	2700	COMP	272832	EBF00863	039149	QUETIAPINA, FUMARATO 100mg COMPRIMIDO
019	72000	AMP	267735	EBF01700	012397	RANITIDINA 25mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2mL
020	900	COMP	394103	EBF00968	020614	RIVAROXABANA 10mg COMPRIMIDO
021	1800	COMP	412092	EBF00969	020625	RIVAROXABANA 15mg COMPRIMIDO
022	3600	COMP	412091	EBF00970	020636	RIVAROXABANA 20mg COMPRIMIDO
023	3600	ENV	449023	EBF01793	026961	SACCHAROMYCES BOULARDII 200mg/g PÓ PARA USO ORAL ENVELOPE 1g
024	18	FR	292331	EBF01483	027093	SALBUTAMOL 0,4mg/mL XAROPE FRASCO 120mL
025	18000	COMP	267745	EBF01175	022990	SINVASTATINA 40mg COMPRIMIDO
026	1800	FRAMP	268442	EBF00544	013728	SUXAMETÔNIO, CLORETO 100mg PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA
027	900	COMP	273700	EBF00780	023738	TIAMAZOL 5mg COMPRIMIDO
028	36000	AMP	272343	EBF01819	013937	TIAMINA, CLORIDRATO 100mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1mL

029	9000	COMP	268125	EBF00759	024013	LEVOTIROXINA SÓDICA 100mcg COMPRIMIDO
030	21600	AMP	292382	EBF01512	039424	TRAMADOL, CLORIDRATO 50mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2mL
031	360	FRAMP	436536	EBF01956	013992	TRIANCINOLONA, ACETONIDA 40mg/mL SUSPENSÃO INJETÁVEL OCULAR FRASCO-AMPOLA 1mL
032	1800	AMP	332917	EBF02797	014102	VASOPRESSINA 20 U/mL SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 1mL.
033	3600	COMP	267425	EBF01087	024299	VERAPAMIL 80mg COMPRIMIDO
034	1800	AMP	368499	EBF01781	014289	POLIVITAMÍNICO COMPLEXO B SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2mL
035	15120	COMP	273466	EBF01480	019734	LORATADINA 10mg COMPRIMIDO REVESTIDO
036	108000	AMP	267666	EBF01115	008052	FUROSEMIDA 10mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2mL
037	13500	COMP	273400	EBF01150	019338	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 20mg COMPRIMIDO
038	9000	DRAG	270620	EBF01650	021175	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 10mg + DIPIRONA 250mg DRÁGEA
039	360	CAP	381879	EBF01755	021208	OMEPRAZOL MAGNESIO 10mg COMPRIMIDO REVESTIDO
040	2160	FR	268303	EBF01488	027104	SALBUTAMOL, SULFATO 5mg/mL SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO FRASCO 10mL
041	18	BISN	275428	EBF00369	028633	NEOMICINA, SULFATO 5mg/g + CLOSTEBOL, ACETATO 5mg/g CREME DERMATOLÓGICO BISNAGA 30g
042	108000	COMP	270907	EBF01523	036773	CODEINA 30mg + PARACETAMOL 500mg COMPRIMIDO
043	1800	COMP	268285	EBF00887	038973	NITRAZEPAM 5mg COMPRIMIDO
044	36000	COMP	267565	EBF01033	015994	CARVEDILOL 6,25mg COMPRIMIDO
045	1800	COMP	272793	EBF01537	018250	FLUDROCORTISONA, ACETATO 100mcg COMPRIMIDO
046	36	SERIN	305106	EBF00754	008525	GLUCAGON 1mg (1UI) PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL + SERINGA COM 1mL DE DILUENTE

047	900	AMP	282220	EBF01878	033540	CARBACOL 0,1mg/mL SOLUCAO INJETAVEL INTRA OCULAR AMPOLA 2mL
048	3600	COMP	268493	EBF02614	017600	DOXAZOSINA, MESILATO 2mg COMPRIMIDO
049	360	FR	292345	EBF00985	027302	SULFATO FERROSO 125mg/mL (25mg/mL DE FERRO ELEMENTAR) SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30mL
050	18000	COMP	267508	EBF02592	014982	ALOPURINOL 100mg COMPRIMIDO
051	14400	BISN	269846	EBF00718	029755	LIDOCAINA 20mg/g (2%) GELÉIA USO TÓPICO BISNAGA 30g
052	5400	COMP	267642	EBF02606	016808	COLCHICINA, CLORIDRATO 0,5mg COMPRIMIDO
053	18000	AMP	271950	EBF00535	037664	FENTANILA 0,05mg/mL (50mcg/mL) SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2mL
054	9000	FR	272944	EBF01903	034023	FLUORESCÉINA 10mg/mL (1%) SOLUÇÃO TÓPICA OFTÁLMICA FRASCO 3mL
055	14400	COMP	276656	EBF01176	020603	METOPROLOL, SUCCINATO 25mg COMPRIMIDO
056	9000	FR	292380	EBF01509	039446	TRAMADOL 100mg/mL SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10mL
057	360	AMP	292399	EBF00959	007865	FITOMENADIONA (VITAMINA K1) 10mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL USO PEDIÁTRICO AMPOLA 0,2mL
058	5400	FRAMP	278646	EBF02781	002453	ÁCIDO AMINOCAPRÓICO 50mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA 20mL
059	360	COMP	268159	EBF01165	021527	PENTOXIFILINA 400mg COMPRIMIDO
060	18	FR	278265	EBF02888	040568	TROLAMINA 0,4mg/mL + HIDROXIQUINOLINA 140mg/mL SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRASCO 8mL
061	180	AMP	292399	EBF00959	007854	FITOMENADIONA (VITAMINA K1) SOLUÇÃO DE ÁCIDO BILIAR, LECITINA PARA MICELAS 10mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1mL
062	5400	AMP	340165	EBF00468	005280	CICLOSPORINA 50mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5mL
063	18000	COMP	292344	EBF00986	023310	SULFATO FERROSO 40mg a 60mg DE FERRO ELEMENTAR COMPRIMIDO

064	9000	COMP	267728	EBF01153	020922	NIFEDIPINO 10mg COMPRIMIDO DE AÇÃO PROLONGADA
065	288000	BOLSA OU FRASCO	268236	EBF02649	000616	CLORETO DE SÓDIO 9mg/mL (0,9%) SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA OU FRASCO SISTEMA FECHADO 100mL
066	18	FR	448567	EBF02890	025817	FLUTICASONA, PROPIONATO 250mcg/dose SUSPENSÃO AEROSOL FRASCO 120 DOSES
067	3726	CAP	275937	EBF01867	022693	RACECADOTRILA 100mg CÁPSULA
068	180	AMP	270138	EBF02579	035915	BIPERIDENO 5mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1mL
069	7200	COMP	267568	EBF01062	017347	DILTIAZEM 60mg COMPRIMIDO
070	3600	DRAG	269603	EBF01644	015543	BISACODILA 5mg DRÁGEA
071	3600	COMP	267569	EBF01061	017336	DILTIAZEM 30mg COMPRIMIDO
072	450	FR	269963	EBF01710	025509	DOMPERIDONA 1mg/mL SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100mL
073	5400	COMP	272853	EBF00905	039501	VIGABATRINA 500mg COMPRIMIDO
074	1800	AMP	295266	EBF02729	008118	GLICEROFOSFATO DE SÓDIO 216 mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 20mL
075	36000	COMP	268124	EBF00761	023970	LEVOTIROXINA SÓDICA 25mcg COMPRIMIDO
076	7200	AMP	336708	EBF02893	013740	TACROLIMO 5mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1mL
077	18	BISN	345241	EBF01966	029260	HIDROCORTISONA 10mg/g POMADA DERMATOLÓGICA BISNAGA 30g
078	90	BISN	345240	EBF01963	029194	HIDROCORTISONA 10mg/g CREME DERMATOLÓGICO BISNAGA 30g
079	1800	COMP	267503	EBF00914	014641	ACIDO FOLICO 5mg COMPRIMIDO
080	900	FRAMP	352204	EBF00562	006622	DEXMEDETOMIDINA, CLORIDRATO 100mcg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA 2mL
081	900	FR	271353	EBF01892	034584	PILOCARPINA 20mg/mL SOLUÇÃO TÓPICA OFTÁLMICA FRASCO 10mL

082	540	FR	273467	EBF01479	026081	LORATADINA 1mg/mL SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100mL
083	180	FR	337468	EBF01460	025234	DESCLORATADINA 0,5mg/mL XAROPE FRASCO 60 A 100mL
084	1080	BOLSA	437074	EBF02709	000968	SOLUÇÃO INJETÁVEL DE ELETRÓLITOS Ph 7,4 CONTENDO CLORETO DE SÓDIO 5,26mg/mL + GLICONATO DE SÓDIO 5,02mg/mL + ACETATO DE SÓDIO TRIHDRATADO 3,68mg/mL + CLORETO DE POTASSIO 0,37 mg/mL + CLORETO DE MAGNÉSIO 0,3mg/mL + HIDRÓXIDO DE SÓDIO PARA AJUSTE DE pH. BOLSA SISTEMA FECHADO 500mL
085	5400	BOLSA	371998	EBF02710	002167	SORBITOL 3mg/mL SOLUÇÃO PARA IRRIGAÇÃO UROLÓGICA BOLSA 3000mL
086	90	FR	431311	EBF01734	025905	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 37mg/mL + HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 40mg/mL + SIMETICONA 5mg/mL SUSPENSÃO ORAL FRASCO 240mL
087	36	FR	403358	EBF01743	009625	INSULINA GLULISINA 100UI/mL (AÇÃO ULTRA RÁPIDA) SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA 10mL
088	1800	SERIN	448982	EBF02880	007381	ENOXAPARINA SODICA 100mg SOLUÇÃO INJETÁVEL SERINGA 1mL COM SISTEMA DE SEGURANÇA. PARA PROFILAXIA E TRATAMENTO DE DISTÚRBIOS RELACIONADOS À COAGULAÇÃO NAS DIFERENTES CONDIÇÕES CLÍNICAS.
089	36	FR	270228	EBF00408	040513	POLIMIXINA B, SULFATO 10.000 UI/mL + NEOMICINA, SULFATO 5mg/mL + HIDROCORTISONA 10mg/mL SUSPENSÃO OTOLÓGICA FRASCO 10mL.
090	18	FR	296792	EBF02891	023067	SALMETEROL 50mcg/dose + FLUTICASONA 250mcg/dose PÓ INALANTE STRIP 60 DOSES.
091	18000	AMP	305726	EBF00738	011210	OCTREOTIDA 0,05mg/mL AMPOLA 1mL
092	3600	FR	341174	EBF01861	028655	CLOREXIDINA, GLUCONATO 0,12% (1,2mg/mL) SOLUÇÃO ENXAGUATÓRIA BUCAL SEM ÁLCOOL FRASCO 250mL
093	180	FRAMP	461986	EBF02889	033748	HEXAFLUORETO DE ENXOFRE 25mg PO LIOFILO INJETAVEL + SOLUÇÃO DILUENTE FRASCO-AMPOLA 5mL CORRESPONDENTE A 8 microlito/mL DE MICROBOLHAS DE HEXAFLUORETO DE ENXOFRE
094	900	ENV	449187	EBF00289	018337	FOSFOMICINA TROMETAMOL 5,631g GRANULADO ENVELOPE 8g

095	900	FRAMP	270219	EBF01564	008965	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 500mg PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA
096	180	FR	272234	EBF01890	101354	LEVOBUNOLOL, CLORIDRATO 5mg/mL (0,5%) SOLUÇÃO TÓPICA OFTÁLMICA FRASCO 5mL ou 10mL
097	5400	FRAMP	309041	EBF02504	002684	FOLINATO DE CALCIO 10mg/mL SOLUCAO INJETAVEL FRASCO-AMPOLA 30mL.
098	6300	COMP	273473	EBF00879	038940	LORAZEPAM 2mg COMPRIMIDO
099	5400	COMP	292236	EBF01753	106667	MESALAZINA 500mg COMPRIMIDO
100	1170	FR	308877	EBF00523	039358	SEVOFLURANO 1mL/mL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO FRASCO 250mL
101	3600	FR	369093	EBF02165	033737	MEIO DE CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA NUCLEAR CONTENDO QUELATO DE GADOLÍNIO LINEAR (GADODIAMIDA OU GADOPENTETATO DE DIMEGLUMINA OU GADOVERSETAMIDA) FRASCO DE 10 A 20mL
102	540	AMP	433105	EBF00466	009163	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-HEPATITE B 1000UI SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA OU SERINGA 5mL IM
103	1600	BOLSA		EBF02877	150293	Formula de Nutrição Parenteral periférica, contendo os macronutrientes aminoácido na concentração de 20 a 60g por litro de solução, glicose na concentração de 60 a 80g por litro de solução e lipídeo na concentração de 20 a 40g por litro de solução; com aporte mínimo basal de sódio, potássio, fosfato, magnésio e cálcio, presentes na solução de aminoácido e glicose; apresentação bolsa industrializada tricompartimentada de 1800 a 2000mL, em sistema fechado para administração endovenosa; osmolaridade final máxima de 900 mOsm/L. A embalagem deverá ter informações de lote, validade e registro na ANVISA.
104	9000	COMP	268119	EBF02560	018854	HIDROXICLOROQUINA 400mg COMPRIMIDO

9. Estimativa do Valor da Contratação

A pesquisa de preços será realizada pela Unidade competente do Hospital das Clínicas-UFGM/EBSERH, de acordo com a Norma Operacional de Pesquisa de Preços - Norma - SEI 2, de 13 de setembro de 2019, instituída pela Portaria-SEI nº 520, de 16 de setembro de 2019 e publicada no Boletim de Serviço nº 665, de 16 de setembro de 2019, como condição indispensável para o confronto e o exame de propostas em licitação. Serão utilizados como referenciais de pesquisa as fontes elencadas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e legislações correlatas, sendo que o preço de referência aceitável para a aquisição será subsidiado pela média obtida na pesquisa de preços.

O valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, nos termos do art. 34 da Lei nº 13.303/2016 e do art. 13 do RLCE.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

As aquisições serão realizadas de forma parcelada, considerando o ponto de ressuprimento, ou seja, de acordo com a demanda de cada medicamento, o estoque de segurança e o tempo de processamento interno e externo, de modo a evitar desabastecimento e /ou superposição de estoques.

A modalidade de compra adotada permite a aquisição parcelada dos itens, no quantitativo necessário para a manutenção de estoques mínimos, que atendam às demandas da instituição por um período de 30 (trinta) dias.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há no âmbito do Hospital das Clínicas da UFMG/EBSERH contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da contratação em referência.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A pretendida contratação encontra-se alinhada ao Plano Diretor Estratégico do Hospital das Clínicas da UFMG/EBSERH 2018-2022, cuja visão é “Ser reconhecido, como hospital universitário de excelência” bem como sua missão, “Desenvolver a assistência em saúde com eficiência, qualidade e segurança e, de forma indissociável e integrada, o ensino, a pesquisa e a extensão”.

Em atendimento ao Art. 7º, Inciso IX, IN 40/2020, os referidos medicamentos estão incluídos no Plano Anual de Contratações.

13. Resultados Pretendidos

A aquisição dos medicamentos industrializados de diferentes classes farmacológicas, objeto deste estudo, possibilitará:

- O cumprimento da legislação sanitária vigente.
- O cumprimento da missão institucional.
- Aquisição dos medicamentos constantes neste estudo.
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados pela instituição.
- Melhoria da satisfação dos usuários envolvidos no processo.
- Redução do índice de mortalidade dos pacientes.
- Redução do tempo de internação.
- Redução dos custos devido à economicidade.

14. Providências a serem Adotadas

No caso específico desta contratação não há necessidade de adequação das instalações do Hospital das Clínicas da UFMG/EBSERH.

Os servidores e/ou empregados da unidade requisitante que atuam como fiscais e gestores estão devidamente capacitados com relação à fiscalização e gestão contratual.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Em atendimento ao Art. 7º, inciso XII, IN 40/2020, por se tratar de aquisição de medicamentos, e por serem considerados resíduo químico, conforme Resolução CONAMA nº 358 de 2005 e RDC nº 222 de 28 de março de 2018, o Hospital das Clínicas da UFMG possui o Plano de Gerenciamento de Resíduos Serviços de Saúde que dispõe de orientações para a segregação e destinação correta dos resíduos químicos e medidas de controle, visando evitar possíveis riscos ambientais.

Cabe à contratada observar e adotar os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, quando couber, para fins de produção e/ou distribuição do material objeto desta licitação.

16. Equipe de Planejamento

Integrante Requisitante: Adriana Cristina Souza Gonçalves de Castro, portadora do CPF: 048.672.356-95 e da Matrícula/SIAPE 14581205.

Integrante Técnico: Patrícia Pereira Guimarães, portadora do CPF: 073.176.996-16 e da Matrícula/SIAPE: 2261918.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

A Equipe de Planejamento declara para os devidos fins de direito, que a contratação pretendida é viável e indispensável para garantir as condições mínimas de assistência terapêutica aos pacientes atendidos pelo Hospital das Clínicas da UFMG/EBSERH.

18. Responsáveis

PATRÍCIA PEREIRA GUIMARÃES

Farmacêutico

ADRIANA CRISTINA SOUZA GONÇALVES DE CASTRO

Chefe Unidade de Abastecimento Farmacêutico

Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - PLANEJAMENTO_DA_AQUISICAO.pdf (92.6 KB)
- Anexo II - PORTARIA 445.pdf (138.92 KB)

Anexo I - PLANEJAMENTO_DA_AQUISICAO.pdf

PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO DOS MEDICAMENTOS DE DIFERENTES CLASSES FARMACOLÓGICAS

ITEM	UNIDADE	CATMAT	CÓDIGO EBSERH	CÓDIGO HC-UFGM	DESCRIÇÃO	CMM	PREVISÃO DE CONSUMO ANUAL
1	AMP	268481	EBF00696	38731	MIDAZOLAM 5mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10mL	1500	27000
2	AMP	268482	EBF00695	38709	MIDAZOLAM 1mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5mL	1000	18000
3	AMP	335091	EBF01390	11297	ACETILCISTEINA 100mg/mL (10%) SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3mL	50	900
4	AMP	273457	EBF02584	11132	NEOSTIGMINA, METILSULFATO 0,5mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1mL	1000	18000
5	COMP	448641	EBF01156	20933	NIFEDIPINO 20mg COMPRIMIDO DE AÇÃO PROLONGADA	300	5400
6	COMP	274150	EBF01158	20977	NIMODIPINO 30mg COMPRIMIDO	300	5400
7	AMP	453501	EBF01161	11209	NITROPRUSSETO DE SÓDIO 25mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2mL	500	9000
8	AMP	442584	EBF01125	11286	NOREPINEFRINA, HEMITARTARATO 2mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4mL	6000	108000
9	AMP	278916	EBF02760	11352	OLIGOELEMENTOS SEM FERRO (ZINCO 2,5 mg/mL+ COBRE 0,8 mg/mL+ MANGANÊS 0,4mg/mL+ CROMO 10mcg/mL) SOLUÇÃO INJETÁVEL 2mL USO ADULTO	50	900
10	AMP	278895	EBF02761	11320	OLIGOELEMENTOS (ZINCO 500mcg/mL+ COBRE 100mcg/mL+ MANGANÊS 10mcg/mL+ CROMO 1mcg/mL) SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4mL USO PEDIÁTRICO	50	900
11	COMP	365440	EBF02602	21274	OXIBUTININA 5mg COMPRIMIDO	100	1800
12	COMP	267778	EBF01615	21428	PARACETAMOL 500mg COMPRIMIDO	2000	36000
13	FR	267777	EBF01614	26686	PARACETAMOL 200mg/mL SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15mL	100	1800
14	COMP	273940	EBF00835	39028	PAROXETINA 20mg COMPRIMIDO	50	900
15	COMP	271764	EBF02564	21637	PIRIDOSTIGMINA 60mg COMPRIMIDO	200	3600
16	COMP	273589	EBF00777	22540	PROLITOURACILA 100mg COMPRIMIDO	30	540
17	AMP	272362	EBF02499	12320	PROTAMINA, CLORIDRATO 10mg/mL (1.000UI/mL) SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5mL	200	3600
18	COMP	272832	EBF00863	39149	QUETIAPINA, FUMARATO 100mg COMPRIMIDO	150	2700
19	AMP	267735	EBF01700	12397	RANITIDINA 25mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2mL	4000	72000
20	COMP	394103	EBF00968	20614	RIVAROXABANA 10mg COMPRIMIDO	50	900
21	COMP	412092	EBF00969	20625	RIVAROXABANA 15mg COMPRIMIDO	100	1800
22	COMP	412091	EBF00970	20636	RIVAROXABANA 20mg COMPRIMIDO	200	3600
23	ENV	449023	EBF01793	26961	SACCHAROMYCES BOULARDII 200mg/g PÓ PARA USO ORAL ENVELOPE 1g	200	3600
24	FR	292331	EBF01483	27093	SALBUTAMOL 0,4mg/mL XAROPE FRASCO 120mL	1	18
25	COMP	267745	EBF01175	22990	SINVASTATINA 40mg COMPRIMIDO	1000	18000

26	FRAMP	268442	EBF00544	13728	SUXAMETÔNIO, CLORETO 100mg PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO AMPOLA	100	1800
27	COMP	273700	EBF00780	23738	TIAMAZOL 5mg COMPRIMIDO	50	900
28	AMP	272343	EBF01819	13937	TIAMINA, CLORIDRATO 100mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1mL	2000	36000
29	COMP	268125	EBF00759	24013	LEVOTIROXINA SÓDICA 100mcg COMPRIMIDO	500	9000
30	AMP	292382	EBF01512	39424	TRAMADOL, CLORIDRATO 50mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2mL	1200	21600
31	FRAMP	436536	EBF01956	13992	TRIANCINOLONA, ACETONIDA 40mg/mL SUSPENSÃO INJETÁVEL OCULAR FRASCO-AMPOLA 1mL	20	360
32	AMP	332917	EBF02797	14102	VASOPRESSINA 20 U/mL SOLUCAO INJETAVEL AMPOLA 1mL.	100	1800
33	COMP	267425	EBF01087	24299	VERAPAMIL 80mg COMPRIMIDO	200	3600
34	AMP	368499	EBF01781	14289	POLIVITAMÍNICO COMPLEXO B SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2mL	100	1800
35	COMP	273466	EBF01480	19734	LORATADINA 10mg COMPRIMIDO REVESTIDO	840	15120
36	AMP	267666	EBF01115	8052	FUROSEMIDA 10mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2mL	6000	108000
37	COMP	273400	EBF01150	19338	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 20mg COMPRIMIDO	750	13500
38	DRAG	270620	EBF01650	21175	ESCOPOLAMINA,BUTILBROMETO 10mg + DIPIRONA 250mg DRÁGEA	500	9000
39	CAP	381879	EBF01755	21208	OMEPRAZOL MAGNESIO 10mg COMPRIMIDO REVESTIDO	20	360
40	FR	268303	EBF01488	27104	SALBUTAMOL, SULFATO 5mg/mL SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO FRASCO 10mL	120	2160
41	BISN	275428	EBF00369	28633	NEOMICINA,SULFATO 5mg/g + CLOSTEBOL, ACETATO 5mg/g CREME DERMATOLÓGICO BISNAGA 30g	1	18
42	COMP	270907	EBF01523	36773	CODEINA 30mg + PARACETAMOL 500mg COMPRIMIDO	6000	108000
43	COMP	268285	EBF00887	38973	NITRAZEPAM 5mg COMPRIMIDO	100	1800
44	COMP	267565	EBF01033	15994	CARVEDILOL 6,25mg COMPRIMIDO	2000	36000
45	COMP	272793	EBF01537	18250	FLUDROCORTISONA, ACETATO100mcg COMPRIMIDO	100	1800
46	SERIN	305106	EBF00754	8525	GLUCAGON 1mg (1UI) PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL + SERINGA COM 1mL DE DILUENTE	2	36
47	AMP	282220	EBF01878	33540	CARBACOL 0,1mg/mL SOLUCAO INJETAVEL INTRA OCULAR AMPOLA 2mL	50	900
48	COMP	268493	EBF02614	17600	DOXAZOSINA, MESILATO 2mg COMPRIMIDO	200	3600
49	FR	292345	EBF00985	27302	SULFATO FERROSO 125mg/mL (25mg/mL DE FERRO ELEMENTAR) SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30mL	20	360
50	COMP	267508	EBF02592	14982	ALOPURINOL 100mg COMPRIMIDO	1000	18000
51	BISN	269846	EBF00718	29755	LIDOCAINA 20mg/g (2%) GELEIA USO TÓPICO BISNAGA 30g	800	14400
52	COMP	267642	EBF02606	16808	COLCHICINA, CLORIDRATO 0,5mg COMPRIMIDO	300	5400
53	AMP	271950	EBF00535	37664	FENTANILA 0,05mg/mL (50mcg/mL) SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2mL	1000	18000

54	FR	272944	EBF01903	34023	FLUORESCEÍNA 10mg/mL (1%) SOLUÇÃO TÓPICA OFTÁLMICA FRASCO 3mL	500	9000
55	COMP	276656	EBF01176	20603	METOPROLOL, SUCCINATO 25mg COMPRIMIDO	800	14400
56	FR	292380	EBF01509	39446	TRAMADOL 100mg/mL SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10mL	500	9000
57	AMP	292399	EBF00959	7865	FITOMENADIONA (VITAMINA K1) 10mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL USO PEDIÁTRICO AMPOLA 0,2mL	20	360
58	FRAMP	278646	EBF02781	2453	ÁCIDO AMINOCAPRÓICO 50mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA 20mL	300	5400
59	COMP	268159	EBF01165	21527	PENTOXIFILINA 400mg COMPRIMIDO	20	360
60	FR	278265	EBF02888	40568	TROLAMINA 0,4mg/mL + HIDROXIQUINOLINA 140mg/mL SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRASCO 8mL	1	18
61	AMP	292399	EBF00959	7854	FITOMENADIONA (VITAMINA K1) SOLUÇÃO DE ÁCIDO BILIAR, LECITINA PARA MICELAS 10mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1mL	10	180
62	AMP	340165	EBF00468	5280	CICLOSPORINA 50mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5mL	300	5400
63	COMP	292344	EBF00986	23310	SULFATO FERROSO 40mg a 60mg DE FERRO ELEMENTAR COMPRIMIDO	1000	18000
64	COMP	267728	EBF01153	20922	NIFEDIPINO 10mg COMPRIMIDO DE AÇÃO PROLONGADA	500	9000
65	BOLSA OU FRASCO	268236	EBF02649	616	CLORETO DE SÓDIO 9mg/mL (0,9%) SOLUÇÃO INJETÁVEL BOLSA OU FRASCO SISTEMA FECHADO 100mL	16000	288000
66	FR	448567	EBF02890	25817	FLUTICASONA, PROPIONATO 250mcg/dose SUSPENSÃO AEROSSOL FRASCO 120 DOSES	1	18
67	CAP	275937	EBF01867	22693	RACECADOTRILA 100mg CÁPSULA	207	3726
68	AMP	270138	EBF02579	35915	BIPERIDENO 5mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1mL	10	180
69	COMP	267568	EBF01062	17347	DILTIAZEM 60mg COMPRIMIDO	400	7200
70	DRAG	269603	EBF01644	15543	BISACODILA 5mg DRÁGEA	200	3600
71	COMP	267569	EBF01061	17336	DILTIAZEM 30mg COMPRIMIDO	200	3600
72	FR	269963	EBF01710	25509	DOMPERIDONA 1mg/mL SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100mL	25	450
73	COMP	272853	EBF00905	39501	VIGABATRINA 500mg COMPRIMIDO	300	5400
74	AMP	295266	EBF02729	8118	GLICEROFOSFATO DE SÓDIO 216 mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 20mL	100	1800
75	COMP	268124	EBF00761	23970	LEVOTIROXINA SÓDICA 25mcg COMPRIMIDO	2000	36000
76	AMP	336708	EBF02893	13740	TACROLIMO 5mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1mL	400	7200
77	BISN	345241	EBF01966	29260	HIDROCORTISONA 10mg/g POMADA DERMATOLÓGICA BISNAGA 30g	1	18
78	BISN	345240	EBF01963	29194	HIDROCORTISONA 10mg/g CREME DERMATOLÓGICO BISNAGA 30g	5	90
79	COMP	267503	EBF00914	14641	ACIDO FOLICO 5mg COMPRIMIDO	100	1800
80	FRAMP	352204	EBF00562	6622	DEXMEDETOMIDINA, CLORIDRATO 100mcg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA 2mL	50	900
81	FR	271353	EBF01892	34584	PILOCARPINA 20mg/mL SOLUÇÃO TÓPICA OFTÁLMICA FRASCO 5mL	50	900

82	FR	273467	EBF01479	26081	LORATADINA 1mg/mL SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100mL	30	540
83	FR	337468		25234	DES Loratadina 0,5mg/mL XAROPE FRASCO 60 A 100mL	10	180
84	BOLSA	437074	EBF02709	968	SOLUÇÃO INJETÁVEL DE ELETRÓLITOS Ph 7,4 CONTENDO CLORETO DE SÓDIO 5,26mg/mL + GLICONATO DE SÓDIO 5,02mg/mL + ACETATO DE SÓDIO TRIIDRATADO 3,68mg/mL + CLORETO DE POTÁSSIO 0,37mg/mL + CLORETO DE MAGNÉSIO 0,3mg/mL + HÍDRÓXIDO DE SÓDIO PARA AJUSTE DE pH. BOLSA SISTEMA FECHADO 500mL	60	1080
85	BOLSA	371998	EBF02710	2167	Sorbitol 3mg/mL SOLUÇÃO PARA IRRIGAÇÃO UROLÓGICA BOLSA 3000mL	300	5400
86	FR	431311	EBF01734	25905	HÍDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 37mg/mL + HÍDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 40mg/mL + SIMETICONA 5mg/mL SUSPENSÃO ORAL FRASCO 240mL	5	90
87	FR	403358	EBF01743	9625	INSULINA GLULISINA 100UI/mL (AÇÃO ULTRA RÁPIDA) SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA 10mL	2	36
88	SERIN	448982	EBF02880	7381	ENOXAPARINA SODICA 100mg SOLUÇÃO INJETÁVEL SERINGA 1mL COM SISTEMA DE SEGURANÇA. PARA PROFILAXIA E TRATAMENTO DE DISTÚRBIOS RELACIONADOS À COAGULAÇÃO NAS DIFERENTES CONDIÇÕES CLÍNICAS.	100	1800
89	FR	270228	EBF00408	40513	POLIMIXINA B, SULFATO 10.000 UI/mL + NEOMICINA, SULFATO 5mg/mL + HIDROCORTISONA 10mg/mL SUSPENSÃO OTOLÓGICA FRASCO 10mL.	2	36
90	FR	296792	EBF02891	23067	SALMETEROL 50mcg/dose + FLUTICASONA 250mcg/dose PÓ INALANTE STRIP 60 DOSES.	1	18
91	AMP	305726	EBF00738	11210	OCTREOTIDA 0,05mg/mL AMPOLA 1mL	1000	18000
92	FR	341174	EBF01861	28655	CLOREXIDINA, GLUCONATO 0,12% (1,2mg/mL) SOLUÇÃO ENXAGUATÓRIA BUCAL SEM ÁLCOOL FRASCO 250mL	200	3600
93	FRAMP	461986	EBF02889	33748	HEXAFLUORETO DE ENXOFRE 25mg PO LIOFILO INJETÁVEL + SOLUÇÃO DILUENTE FRASCO-AMPOLA 5mL CORRESPONDENTE A 8 microlito/mL DE MICROBOLHAS DE HEXAFLUORETO DE ENXOFRE	10	180
94	ENV	449187	EBF00289	18337	FOSFOMICINA TROMETAMOL 5,631g GRANULADO ENVELOPE 8g	50	900
95	FRAMP	270219	EBF01564	8965	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 500mg PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA	50	900
96	FR	272234	EBF01890	101354	LEVOBUNOLOL, CLORIDRATO 5mg/mL (0,5%) SOLUÇÃO TÓPICA OFTÁLMICA FRASCO 5mL ou 10mL	10	180
97	FRAMP	309041	EBF02504	2684	FOLINATO DE CÁLCIO 10mg/mL SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO-AMPOLA 30mL.	300	5400
98	COMP	273473	EBF00879	38940	LORAZEPAM 2mg COMPRIMIDO	350	6300

99	COMP	292236	EBF01753	106667	MESALAZINA 500mg COMPRIMIDO	300	5400
100	FR	308877	EBF00523	39358	SEVOFLURANO 1mL/mL SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO FRASCO 250mL	65	1170
101	FR	369093	EBF02165	33737	MEIO DE CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA NUCLEAR CONTENDO QUELATO DE GADOLÍNIO LINEAR (GADODIAMIDA OU GADOPENTETATO DE DIMEGLUMINA OU GADOVERSETAMIDA) FRASCO DE 10 A 20mL	200	3600
102	AMP	433105	EBF00466	9163	IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-HEPATITE B 1000UI SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA OU SERINGA 5mL IM	30	540
103	BOLSA		EBF02877	150293	Formula de Nutrição Parenteral periférica, contendo os macronutrientes aminoácido na concentração de 20 a 60g por litro de solução, glicose na concentração de 60 a 80g por litro de solução e lipídeo na concentração de 20 a 40g por litro de solução; com aporte mínimo basal de sódio, potássio, fosfato, magnésio e cálcio, presentes na solução de aminoácido e glicose; apresentação bolsa industrializada tricompartimentada de 1800 a 2000mL, em sistema fechado para administração endovenosa; osmolaridade final máxima de 900 mOsm/L. A embalagem deves ter informações de lote, validade e registro na ANVISA.	89	1602
104	COMP	268119	EBF02560	18854	HIDROXICLOROQUINA 400mg COMPRIMIDO	500	9000

Anexo II - PORTARIA 445.pdf

Portaria -SEI nº 445/2020, de 25 de agosto de 2020.

CONSTITUIÇÃO DE EQUIPE DE PLANEJAMENTO

A Superintendente do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC-UFMG), administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), no uso de suas atribuições regimentais conferidas pela Portaria-SEI nº 376, de 14 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Retificar a Portaria-SEI nº 130/2020, de 01 de abril de 2020, publicada no Boletim de Serviços nº 221, de 28 de julho de 2020, nos seguintes termos:

. Excluir, a pedido, considerando o despacho da Unidade de Licitações ([8496732](#)), os membros da Unidade de Licitações, a saber: Elaine Fernandes de Oliveira, SIAPE: 2372779 e Danielle Cristina de Oliveira Costa, SIAPE: 2255270.

Art. 2º. A Equipe de Planejamento passará a ter a seguinte composição:

- Adriana Cristina Souza Gonçalves de Castro - Chefe da Unidade de Abastecimento Farmacêutico - SIAPE nº 14581205.

- Patrícia Pereira Guimarães - Farmacêutica - SIAPE nº 2261918.

Art. 3º. Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria-SEI nº 130/2020.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

(assinado eletronicamente)
Elizete Maria da Silva Neme
Superintendente do HC-UFMG/Ebserh - em exercício